



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*António R*

-----SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS-----

-----DO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2018-----

-----ACTA NÚMERO SETE-----

----- Aos trinta dias do mês de Novembro de dois mil e dezoito, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do Concelho de Manteigas nos termos da Lei, sob a presidência da Senhora Deputada Patrícia Alexandra dos Santos Martins, em substituição do Senhor Presidente da Mesa, o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, coadjuvada pelo Senhor Deputado Daniel António Quaresma Costa, na qualidade de Primeiro Secretário da Mesa e pelo Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso, na qualidade de Segundo Secretário da Mesa, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um: **Período de Intervenção do Público.**-----

----- Ponto dois: **Período de Antes da Ordem do Dia.**-----

----- Ponto dois, um: Respostas às questões anteriormente colocadas pelo público, que não tenham ficado esclarecidas.-----

----- Ponto dois, dois: Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior.-----

----- Ponto dois, três: Conhecimento do expediente recebido e prestação de informações.---

----- Ponto dois, quatro: Intervenções dos Senhores Deputados antes da Ordem do Dia.---

----- Ponto três: **Período da Ordem do dia.**-----

----- Ponto três, um: Apreciação, discussão e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2019.-----

----- Ponto três, dois: Apreciação, discussão e votação da Revisão n.º 1 do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2018.-----

----- Ponto três, três: Apreciação, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019.-----

----- Ponto três, quatro: Apreciação, discussão e votação das deliberações a tomar em minuta, para produzir efeitos imediatos, desta sessão.-----

----- Ponto quatro: Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal.---

----- Ponto cinco: Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.-----

-----Estiveram presentes nesta sessão e assinaram a lista de presenças para além da Senhora Presidente da Mesa, o Senhor Primeiro Secretário, o Senhor Segundo Secretário, os Senhores Deputados Municipais: António José Ascensão Fraga; Luís José dos Santos Melo; Rogério Sousa Batista; Nuno Manuel Matos Soares; Ana Maria Saraiva Matos; António Miguel Aldeia Carvalho; Odete da Graça David Ganiha Almeida; Eduardo de Matos Monteiro; Alfredo Serra de Carvalho Marcelo; António Pedro Santos Leitão; Joaquim Martins Fonseca



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Albuquerque; Bárbara Filipa da Palma Cravinho Sabino; Joaquim Neves Biscaia; Paulo Manuel dos Santos Costa; Carlos Manuel Figueiredo Viegas; Nuno Miguel Fernandes Gonçalves. -----

----- Não se encontrava presente o Senhor Presidente da Mesa (o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos), a Senhora Deputada Oriana Marina Cleto Abreu Morais e o Senhor Deputado Luís Ferrão Saraiva, que comunicaram previamente a impossibilidade de comparecer na reunião, tendo cada um justificado as respetivas ausências e pedido a devida substituição, tendo por isso sido convocados o Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso, o Senhor Deputado Rogério Sousa Batista e a Senhora Deputada Ana Maria Saraiva Matos, que compareceram. ----

----- Estiveram também presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, e os Senhores Vereadores José Manuel Custódia Biscaia, Célia Maria Ramos Morais, José Manuel Saraiva Cardoso e Francisco José Botão de Elvas. -----

----- Sendo cerca das **quinze horas e quinze**, a Senhora Presidente da Mesa declarou aberta a sessão e saudou todos os presentes. Explicou que, por motivo de falta justificada do Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, foi convocado o elemento imediatamente a seguir na lista da CDU, ou seja, o Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso. Atendendo que a Mesa da Assembleia não estava completa, pelas razões já avocadas, convidou o Senhor Deputado Albino Cardoso a ocupar, nesta sessão, o lugar de Segundo Secretário na Mesa da Assembleia, tendo este aceite o desempenho de tais funções. -----

### -----PONTO 1. DA ORDEM DE TRABALHOS-----

#### -----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- A Senhora Presidente da Mesa questionou os munícipes presentes sobre se desejavam intervir neste ponto da ordem de trabalhos. Verificando a inscrição do Senhor Rui Massano de Carvalho concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Rui Massano de Carvalho, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Indicou que se encontrava nesta reunião na qualidade de cidadão de Manteigas e, mais especificamente, na qualidade de Presidente do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Manteigas (doravante designado de CCD). Explanou que foi informado que, desde o início deste mandato, o CCD tem vindo a ser avocado em algumas das intervenções do Senhor Deputado António Pedro Leitão. Declarou que fica contente, por saber que há um Deputado do Órgão Deliberativo que se preocupa tanto com uma associação, como o CCD, que é restrita aos funcionários da Câmara Municipal. Contudo, esse interesse causou alguma surpresa, quer aos membros da Direção do CCD, quer aos setenta sócios que compõem essa associação. -----

Afirmou que não coloca em causa a legitimidade do Senhor Deputado Pedro Leitão, em relação às questões que tem vindo a suscitar. Contudo, por vezes a forma como os assuntos são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Spasius* *a*

tratados pode dar aso a interpretações dúbias, de como funciona essa associação, quando essa entidade não é opaca, nem trabalha na clandestinidade. Esclareceu que o CCD trata-se de uma associação livre, tem eleições, apresenta contas aos sócios, tem pareceres do conselho fiscal. --  
Perante a surpresa dos sócios do CCD, relativamente às insistentes interpelações feitas pelo Senhor Deputado Pedro Leitão, sobre alguns assuntos que dizem respeito à vida associativa do CCD, entendeu a Direção desta entidade, entregar à Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, que depois fará o favor de entregar ao Senhor Deputado Pedro Leitão, uma série de documentos, de forma a esclarecer o Senhor Deputado e todos os membros desta Assembleia. Lançou o repto, para que este tipo de atitude faça caminho em Manteigas, dado que o concelho tem várias associações, que são subsidiadas e têm protocolo com a Câmara Municipal. -----

Sublinhou que o CCD em 2019 irá completar trinta anos, nasceu no mandato do Senhor Albino Leitão, atravessou os mandatos do Dr. José Manuel Biscaia, do Senhor Esmeraldo Carvalhinho. Considerou que esta associação tem sido uma leal colaboradora da Câmara Municipal, em todos os eventos, conferências e feiras. Face ao exposto, entregou à Mesa da Assembleia Municipal, na pessoa da Senhora Presidente, os documentos que em seguida se enumeram: cópia do registo da constituição da associação, no Cartório Notarial de Trancoso; cópia da publicação em Diário da República; declaração de início de atividade, onde é referido a exploração de bares; cópia dos três protocolos firmados com as diferentes Câmaras Municipais; cópia da ata de 1992, que concede ao CCD a exploração dos três bares (bar da Câmara, bar do auditório e bar do pavilhão); contas de 2017; plano de atividades de 2018; as declarações dos respetivos órgãos, conforme as contas foram aprovadas e respetivos Orçamentos e Relatórios de Atividades; Declaração de não dívida à Segurança Social e à Autoridade Tributária. -----

Por último, dirigiu a sua palavra ao Senhor Deputado António Leitão, declarando que tinha a certeza que a calúnia cobarde, porque foi anónima, feita no Ministério Público contra o CCD, não tinha partido do Senhor Deputado Pedro Leitão. -----

----- A Senhora Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições do público para intervir, deu como encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 2.1** -----

----- **RESPOSTAS ÀS QUESTÕES ANTERIORMENTE COLOCADAS PELO PÚBLICO, QUE NÃO TENHAM  
----- FICADO ESCLARECIDAS -----**

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão solicitou a palavra, cumprimentou todos os presentes. Agradeceu a franqueza com que o Senhor Rui de Carvalho se dirigiu à sua pessoa. Declarou que, somente nesta reunião e através da explanação do Senhor Rui de Carvalho, teve



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

conhecimento que houve uma denúncia ao Ministério Público contra o CCD. Mais afirmou que desconhecia quais os contornos da mesma. No que diz respeito a denúncias anónimas, a lei prevê, são possíveis, se são cobardes ou não, cabe a quem de direito analisar. -----

Referiu que ia indicar quais os motivos que o levaram a ter insistido no assunto das Contas do CCD, sendo que considerou que devia prestar essa explicação, uma vez que responde perante os cidadãos de Manteigas e são estes que fiscalizam a sua atividade, enquanto Deputado deste Órgão Autárquico, da mesma forma que, nessa mesma qualidade, o próprio também fiscaliza a atividade do Executivo Municipal. Esclareceu que solicitou e insistiu tantas vezes que fosse cedida a documentação relativa ao CCD, porque pretendia chegar à questão da concessão de exploração dos bares, e que o Senhor Presidente do CCD referiu na sua explanação. Declarou que, até então, desconhecia que a concessão tinha sido concedida. -----

Sublinhou que tratando-se de uma instituição que explora um espaço público comercial, dentro de edifícios públicos e, ao mesmo tempo, sendo o CCD uma instituição que recebe um subsídio camarário, dentro do protocolo que foi celerado, apenas pretendia saber, se a concessão de exploração dos espaços foi bem conduzida. E até que ponto, é que não poderá ser justo para todos os operadores económicos, em Manteigas, poderem ter acesso à exploração desses espaços. Clarificou que não coloca em causa as Contas do CCD, nem considera que seja sua função fazê-lo. Fez votos que os membros do CCD não se tenham sentido caluniados pelas suas insistências junto do Órgão Executivo, nas Assembleias Municipais. Explicou que a sua insistência só partiu de um ponto: na primeira vez pede-se, na segunda vez insiste-se. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara fez uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. No que diz respeito ao pedido efetuado pelo Senhor Deputado Pedro Leitão à Câmara, explicou que num determinado momento colocou em causa se havia legitimidade em consultar documentos que não eram da Câmara, mas de uma Associação, por esse motivo os mesmos não foram cedidos. Sublinhou que, ainda assim, só há pouco tempo, o Senhor Presidente da Assembleia solicitou a cedência desses documentos à Câmara, isto porque o Senhor Deputado Pedro Leitão, também só mais recentemente fez esse pedido através da Mesa da Assembleia. Aludiu que, no mesmo dia que recebeu a comunicação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu resposta à mesma. Tal como pode ser comprovado pelos registos, em vinte e quatro horas foi dado um parecer jurídico, sobre a legitimidade para ceder os documentos que dizem respeito à vida da coletividade do CCD, tendo a jurista do Município informado que era legal, como tal foi dado despacho para que tais documentos fossem cedidos. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão anuiu que o pedido formal só foi entregue na última reunião da Assembleia Municipal. -----

-----PONTO 2.2-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*António D*

-----APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR-----

----- A Senhora Presidente da Mesa questionou se alguém desejava apresentar propostas de alteração à ata número seis. Verificando que não havia inscrições para intervir sobre esta matéria, colocou a **ata número seis, da Sessão da Assembleia Municipal de vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito** à votação, tendo sido **aprovada por maioria, com cinco abstenções e catorze votos a favor**. -----

----- O Senhor Segundo Secretário da Mesa, no uso da palavra, declarou que a sua abstenção se devia ao facto de não ter estado presente na última reunião e também não tinha tido tempo de ler a referida ata. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria cumprimentou todos os presentes. Declarou que se absteve, porque na última reunião da Assembleia Municipal tinha-se ausentado da mesma muito cedo, tendo considerado que o tempo que esteve presente não era suficiente para apreciar a ata supracitada. -----

----- PUNTO 2.3 -----

----- CONHECIMENTO DO EXPEDIENTE RECEBIDO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES -----

----- A Senhora Presidente da Mesa, no uso da palavra, recordou que o Senhor Deputado José Novo de Matos vai dando conhecimento, aos membros do Órgão Deliberativo, do expediente que é recebido. Face ao exposto, neste momento, apenas ia dar conhecimento de missivas que tinham chegado nos últimos dias e das quais não foi possível dar conhecimento aos Senhores Deputados. -----

Nesse seguimento informou que, a **Associação de Estudos de Direito Regional e Local** remeteu uma missiva, onde dão nota da publicação de um manual de cidadania de António Cândido Oliveira, prefaciado por Vital Moreira. Da **Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género**, foi recebida uma comunicação, no âmbito do Dia Internacional pela eliminação da violência contra as Mulheres, dia 25 de novembro. A Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género lançou uma infografia intitulada: *“Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres e Violência Doméstica 2018”*, focando a evolução dos indicadores entre o período de 2014 e 2017. -----

Deu conhecimento que, a **Assembleia Municipal de Ourém** informou que lançou um novo projeto designado de Assembleia Jovem de Ourém. Por último, informou que foi criado o **Movimento de Apoio Materno-infantil do Distrito da Guarda**, sendo que essa entidade convida todos os elementos desta Assembleia Municipal, para a apresentação pública, que terá lugar no dia 01 de dezembro de 2018, pelas 15horas, no auditório do Paço da Cultura da Guarda. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

A Senhora Presidente da Mesa, não tendo mais expediente e informação a prestar aos Senhores Deputados, deu como encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

### ----- PONTO 2.4 -----

#### ----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- A Senhora Presidente da Mesa aceitou as inscrições dos Senhores Deputados que manifestaram a intenção de intervir sobre esta matéria. Verificando a intenção do Senhor Deputado Eduardo Monteiro em intervir concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro cumprimentou todos os presentes. Elogiou a Câmara Municipal por, finalmente, ter começado a requalificação da estrada da Sotave, que já se encontrava numa situação degradante há muitos anos, quando a mesma está situada junto a uma fábrica e a um espaço comercial. Por isso, louvou a Câmara pelo início dessa intervenção.

Explanou que a segunda questão que pretendia abordar, prende-se com um assunto que já anteriormente tinha trazido à colação da Assembleia, que é a temática da luz no concelho. Indicou que no fim-de-semana anterior à data desta reunião, houve zonas de Manteigas que estiveram sem luz durante doze horas. Recordou que no ano passado, quando esta situação aconteceu, e abordou este assunto, o Senhor Presidente da Câmara, na altura, respondeu que tinha havido reuniões com a EDP e com os responsáveis para tentar sanar esta situação.-----

Reiterou a mesma questão que tinha suscitado no ano transato: quando falta a luz, se acontecer alguma coisa, quem é que se responsabiliza. É preciso ter em linha de conta que Manteigas é um concelho predominantemente idoso, com pessoas de 70 a 80 anos, que vivem sozinhas. Para além da velha questão, que quando falta a eletricidade, falta o telemóvel, falta tudo. Interpelou, como é que pessoas de setenta e oitenta anos, que vivem sozinhas, podem ficar doze horas sem eletricidade? Se acontecer alguma coisa, quem é que vão contactar? Considerou que esta é uma daquelas questões, que só quando acontecer uma desgraça é que vai ser resolvida, pois em Portugal é assim que funciona. -----

Sublinhou que estas situações não são culpa da Câmara Municipal, tal como a questão dos CTT também não foi culpa da Câmara Municipal, contudo este Órgão Autárquico tem de pressionar, para que situações destas sejam resolvidas, pois não é normal em 2018 uma sede de concelho ficar doze horas sem eletricidade. -----

Questionou se o Conselho Municipal da Juventude já está constituído, ou quando é que vai ser constituído. Alertou que o Conselho Municipal da Juventude emite parecer, não vinculativo, sobre o Orçamento Municipal. Mencionou que a última questão, que pretendia levantar nesta intervenção, dizia respeito à CPCJ. Recordou que já há algum tempo a Assembleia Municipal procedeu à substituição de um membro da CPCJ, tendo sido designado o Senhor Vítor Graça. Aludiu que, segundo o que teve conhecimento, o mesmo só foi convocado para a última reunião



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Barbosa* *D*

desta Comissão, quando já se passaram tantos meses após a sua designação, por parte da Assembleia Municipal. Perguntou qual o motivo de não ter sido convocado. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão questionou a Mesa da Assembleia Municipal, se na ata da reunião de vinte e nove de junho, já tinham sido introduzidas as alterações propostas pelos Senhores Deputados, e se seria possível disponibilizar a Ata devidamente corrigida. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha solicitou a palavra, cumprimentou todos os presentes, desejando votos de um bom Natal. Recordou que na última reunião da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara ficou de lhe dar resposta, sobre o motivo de constar no relatório do Revisor Oficial de Contas (ROC), quatro mil euros (4.000,00€) do passivo do balanço, a trinta de junho de 2018, e o mesmo não constar do Relatório de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro, elaborado pela Câmara. -----

----- O Senhor Segundo Secretário da Mesa tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes. Declarou que depois de vinte e quatro anos, regressa mais uma vez a esta Assembleia Municipal, como que a lembrar esse mesmo tempo. Disse que se regozija com esse facto, sendo que se encontrava nesta Assembleia por bem, e para os fins a que todos se propuseram, ou seja, a defesa dos interesses de Manteigas, permitindo-lhes dar esse contributo. Aludiu que, quando no dia anterior, à tarde, foi contactado para substituir o Senhor Deputado José Novo de Matos, enquanto candidato na lista da CDU (onde se candidatou como independente), deparou-se com uma série de perguntas, sendo que algumas delas não as pôde amadurecer, porque não detinha a informação. Explicou que um ano de ausência desta Assembleia, embora não parecendo, mas é muito tempo e acabamos por nos sentir desajustados da vida autárquica e, quiçá, da maioria dos cidadãos. -----

Recordou que no mandato anterior, fez parte da Comissão de Toponímia, assim como um Senhor Vereador da Câmara, os Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, a GNR, os CTT e os serviços da autarquia. Tendo envolvido, também, vários funcionários, as suas preocupações, o seu conhecimento e a utilização do equipamento da Autarquia. Todas as reuniões que se fizeram e toda essa envolvência que levou à elaboração de um trabalho, já apresentado no mandato anterior, não teve seguimento. Foi feita uma primeira apresentação, onde foi pedida à Comissão que repensasse aquilo que tinha apresentado. A Comissão entendeu que não tinha alterações a fazer ao trabalho apresentado, o que é certo, é que esse trabalho regressou à Câmara e até hoje não existe nada. -----

Disse que, a acrescentar a isto, verificou-se, há cerca de dois meses, o encerramento da loja dos CTT. Facto que todos lamentam, contudo a verdade é que o mesmo encerrou, o que significa que uma quantidade de serviços deixarão de ser realizados no concelho. Avocou que cada um por si vai constatando que ter uma loja ou ter um espaço dos Correios, não é a mesma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

coisa. Sendo que a isto acresce, ainda, a deslocalização, que já tinha sido operada, dos carteiros de Manteigas para Belmonte. Inicialmente, eram três os carteiros que serviam o concelho, depois foi reduzido para dois e agora estão localizados em Belmonte. Esta situação é também complicada para esses funcionários, devido à deslocação diária que têm de fazer. -----

Explanou que todas estas situações originaram constrangimentos, que aliados à realidade com que atualmente nos deparamos, ao encerramento dos correios e ao esquecimento do trabalho que foi de todos, dos Presidentes de Juntas de Freguesia, que ainda são os mesmos, a Vereação, que já mudou, o representante dos CTT, que provavelmente também será o mesmo, assim como o representante da GNR. Questionou qual o motivo de não se ter dado seguimento ao trabalho que foi apresentado pela Comissão de Toponímia. -----

Considerou ser extremamente importante não se colocar de parte a questão da toponímia. A título de exemplo, referiu que o local onde reside já teve pelo menos cinco nomes distintos, casos destes podem originar situações muito desagradáveis para os residentes. A ausência do número de polícia é outro pormenor extremamente importante, sendo que uma morada que não tenha número de porta, caso o carteiro não conheça os habitantes, simplesmente devolve a correspondência. Este tipo de pormenores são extremamente importantes e é bom que ninguém se esqueça, que este assunto tem de ser resolvido e o mais rápido possível. -----

A lei de 2013 vem atribuir competências ao Presidente da Câmara, entretanto há uma nova Comissão de Toponímia criada, questionou em que ponto se encontra a situação. Apelou para que se dê solução a isto, para que o trabalho não fique na gaveta, de forma a evitar que alguém possa vir a ter problemas, consequências que ninguém está à espera e que ninguém deseja. A título de exemplo, referiu que pode acontecer que uma determinada fatura ou comunicação do Tribunal, por qualquer motivo não é entregue e é devolvida. -----

Aludiu que outro assunto que pretendia abordar prende-se com o fornecimento de água à população. Explicou que na rua onde reside verifica-se a existência de dois buracos, um maior do que o outro. Os mesmos encontram-se por tapar, sendo que o maior já tem quatro meses, contudo esse ainda é o mal menor. O mal maior é que no espaço de cinquenta metros a conduta rebentou em três sítios, em menos de um mês. Referiu que quando abriram a conduta, esteve presente no local e teve a oportunidade de ver, que a mesma tem um tubo tão fino que era impossível não rebentar com a pressão. Tendo levantado uma série de questões: Como é que isto aconteceu? Todos os anos há pressão causada pela água, a população não aumentou, não há aumento do consumo de água, como é que a tubagem rebenta? Havia imensas fissuras na tubagem, que projeto de obra é que houve? Quem é que fiscalizou? Quem é que executou? Indicou que estendia estas questões a outras condutas, que levam o Município a ter um desgaste anual de centenas de milhares de euros, que saem do erário da Câmara e que deixam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*António* *de*

de ser utilizados para fins de investimento, para a criação de outro tipo de infraestruturas, que são tão necessárias para a Autarquia. Verbas que não têm de ser gastas para colmatar as fugas de água, que continuam a existir, independentemente, dos trabalhos e correções que têm sido feitas e de um levantamento das condutas que está a ser realizado. -----

Interrogou que serviços foram feitos, anteriormente, para que haja uma qualidade tão deficiente da canalização, que atualmente está a roubar dinheiro à Autarquia, ao ter que suprir a água que foge por entre o subsolo. Deixou o apelo para que se corrija o Regulamento de saneamento e fornecimento de água, pois as águas pluviais não podem continuar a entrar no saneamento. É necessário fazer todo um trabalho junto da população, para que as águas pluviais, oriundas dos telhados e que estão a ser escoadas no saneamento, deixem de o ser, porque estão a tirar dinheiro à autarquia, que é necessário para outros fins. -----

Por último, apresentou uma Moção, que leu e que em seguida se transcreve:

*“Moção*

*“O Serviço Nacional de Saúde, implementado pelo Partido Socialista e sob a responsabilidade e mérito do então Ministro da Saúde Dr. António Arnaut, a quem prestamos a devida homenagem, vive hoje tempos conturbados e bem diferentes do programa implementado há já várias décadas.*

*De facto e apesar da expectativa criada pela Assembleia da República, visando o seu reforço e ou alteração, porque nestas coisas de política nunca se sabe o que acaba por ser alterado, especialmente num setor de tão grande melindre e importância, com greves e carências no setor que ainda mais agravam as condições atuais, devem ter uma ação e intervenção que permita estancar e altear os atuais procedimentos em prol e benefício das populações em particular e do país em geral.*

*Manteigas, encravada no meio da Serra, cujo Coração está mais envelhecido e carente de assistência médica, Vê-se hoje confrontada com uma realidade de muita preocupação, começando nos profissionais, médicos, enfermeiros, pessoal auxiliar, técnicos e dirigentes, que se vêem numa constante azáfama para suprimir as solicitações cada vez maiores e com condições cada vez mais escassas.*

*Não nos chega viver no coração da Estrela, temos de ter cada vez mais condições para viver nela, para os residentes e para os visitantes, porque não declinaremos responsabilidades se alguma vez o telefone tocar e não houver ninguém para nos socorrer.*

*A população vive preocupada, não direi assustada porque cada um só dá conta da necessidade e da urgência de assistência quando a saúde falta.*

*A interioridade e o isolamento, o envelhecimento da população, a distância de 40 KM dos Centros Hospitalares mais próximos, a ausência de transportes públicos, as condições*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*climatéricas e das vias de comunicação de montanha, são por si só argumentos suficientes para o reforço das preocupações manifestadas.*

*Dá-se conta das dificuldades e de situações que ninguém deseja nem devia ter e que vão acontecendo, pelo que, para o bem de todos, apelamos ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e demais executivo, a esta mesma Assembleia Municipal, ao Sr. Diretor do Centro de Saúde de Manteigas e a todos quantos possam contribuir para a melhoria e supressão das atuais condições de assistência na saúde deste isolado concelho, para que desenvolvam esforços junto das entidades competentes no sentido de ter uma mais e melhor qualidade na assistência da saúde.*

*Manteigas, 30 de Novembro de 2018*

*O eleito pela CDU na Assembleia Municipal*

*Albino Cardoso*

*Os subscritores*

*Patrícia Alexandra dos Santos Martins*

*Daniel António Quaresma Costa*

*António Pedro Santos Leitão*

*Ana Maria Saraiva Matos*

*Joaquim Martins Fonseca Albuquerque*

*Nuno Miguel Fernandes Gonçalves*

*Luís José dos Santos Melo*

*Odete da Graça David Ganiha Almeida*

*Nuno Manuel Matos Soares*

*Eduardo de Matos Monteiro*

*Paulo Manuel dos Santos Costa*

*Joaquim Neves Biscaia*

*Carlos Manuel Figueiredo Viegas*

*Bárbara Filipa da Palma Cravinho Sabino*

*Alfredo Serra Marcelo*

*Rogério Sousa Baptista*

*António Miguel Aldeia Carvalho*

*António José Ascensão Fraga ”*

----- O Senhor Deputado Alfredo Marcelo solicitou a palavra, cumprimentou todos os presentes. Na qualidade de representante da Comissão da Toponímia, deu conhecimento que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Handwritten signatures in blue ink.*

referida Comissão tem reunido várias vezes, sendo que a nova lei diz que este assunto é da competência da Câmara, embora a Assembleia Municipal e seus intervenientes sejam consultivos. Declarou que a Assembleia tem estado atenta ao trabalho desenvolvido e tem sido informada das reuniões que têm sido realizadas. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados. Agradeceu os cumprimentos feitos pelo Senhor Deputado Eduardo Monteiro, relativamente aos trabalhos realizados na estrada da Sotave. Recordou que no seu primeiro mandato, como Presidente da Câmara, este problema já se verificava, com a rotura sistemática da conduta nessa estrada. Trata-se de uma construção antiga, em fibrocimento. Considerou estranho que algumas pessoas, só ultimamente, é que deram conta dos buracos que existem nessa estrada. Declarou que, como Presidente da Câmara, não conseguiu resolver esse problema, no anterior mandato em tempo útil, a resolução do problema estava agendada, contudo passou quase um ano e só agora é que a situação está a ser resolvida. Há contingências que são difíceis de ultrapassar no seio da Câmara, quando há falta de pessoal, quando se colocam questões de resolução imediata, como a que foi explanada pelo Senhor Segundo Secretário da Mesa. -----

Deu nota que foi realizado todo o levantamento e medições, no sentido se abrir toda a rua, tendo havido o entendimento que devia de ser feita a substituição de toda a conduta. Entretanto, os técnicos da Câmara, que conhecem a conduta e sabem como é que ela reage, alertaram que não é necessário fazer todo o trabalho no imediato. Por isso, irá intervir-se nos pontos mais nevrálgicos, que dão maiores problemas, que são junto à Sotave e na ligação ao Bairro. Vamos ver como se comporta a conduta, visto que está sujeita a pressões em alguns locais. -----

Explanou que já foi administrador de um serviço municipalizado, podia não ter conhecimentos técnicos, mas está habituado a lidar com situações deste tipo, sendo que a sua intenção inicial era substituir toda a conduta, contudo isso obrigava à reposição do pavimento. Face à situação financeira da Câmara, que embora sendo confortável, mas necessita que se tenha rigor nas contas públicas, por isso houve o entendimento que se devia seguir os conhecimentos dos técnicos e apenas intervir nos locais mais nevrálgicos, deixando o resto da conduta para ver como se comporta. Posteriormente, assim que haja condições a estrada será pavimentada nos locais em que foi aberta a conduta. -----

Realçou que os funcionários da Câmara são tão bons ou melhores que os outros, assim lhes sejam dadas condições para e feito e assim sejam incentivados, até porque têm brio, por isso mesmo, esse trabalho na estrada da Sotave está a ser realizado pelos funcionários da Câmara, evitando dessa forma ter de recorrer a uma entidade externa à Câmara, que certamente iria acarretar mais custos para o Município. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

No que diz respeito à falta de energia, concordou com a explanação do Senhor Deputado Eduardo Monteiro. Garantiu que tem conhecimento no momento exato em que falha a luz, assim como o número de horas que demorou até a eletricidade ser reposta, todo o trabalho que é feito para que a EDP mobilize as equipas, os subempreiteiros, de modo a que estes se desloquem ao local e resolvam os problemas. Explanou que tudo isto fica devidamente registado, assim como possui o registo das conversas com a EDP, de forma a se perceber como se luta pela resolução de um problema, que já é muito antiga. Tendo concordado que esta situação já se estende há demasiado tempo. -----

Deu conhecimento que na semana anterior à data desta reunião, tinha estado com o Senhor Ministro da Administração Interna e com o Diretor responsável pela EDP Distribuição, que lhe garantiu que, brevemente, o concelho teria o problema resolvido. Contudo, só depois de ver é que toma o facto como garantido, porque há problemas na rede em Manteigas, que não existem em outro lado. A realidade é que os tempos de resposta são mais longos no nosso concelho do que são em outra qualquer região. A identificação dos problemas e das avarias na rede demora mais tempo, por uma questão de redundância e nós caímos na fatalidade de não conseguirmos comunicações quando não temos energia elétrica. Sendo que quando isso acontece, a população para conseguir ter rede de telemóvel tem que se deslocar para fora do concelho, isto porque há falta de redundância, que está comunicada à ANACOM e a quem de direito. -----

Explanou que as próprias torres de telecomunicações, quando deixam de ter energia elétrica do funcionamento normal da rede, não têm baterias para fazerem redundância e para colocarem em comunicação com o exterior. Isto é dramático. Declarou que não quis colocar estas questões de forma mais drástica na Comunicação Social, com entrevistas a apontar o dedo, porque é necessário fazer do concelho de Manteigas um concelho atrativo. E perante isso que se pretende para o concelho, não se pode estar a alarmar o turista. É preciso haver alguma contenção. Agradeceu ao Senhor Deputado Eduardo Monteiro, ter levantado esta questão porque é importante que a população tenha conhecimento que é um problema que tem de ser resolvido, que nesta Assembleia os assuntos são debatidos e se pugna, essencialmente, pela solução dos problemas. Sublinhou que a Câmara está a trabalhar para sanar esta situação. -----

No que concerne ao Conselho Municipal da Juventude, disse que queria que o mesmo já tivesse reunido, contudo o Conselho é muito reduzido. Explicou que aquilo que pode ser feito é alterar a formatação do Conselho Municipal da Juventude e trazer mais parceiros, porque esse Conselho só tem três parceiros. No seu ponto de vista, não é suficientemente abrangente para se debruçar sobre problemas analisados no concelho e até dar pareceres. Declarou que já devia ter reunido este Conselho e ainda não o fez, porque assume tudo na Câmara. A lei diz que o Presidente da Câmara é quem representa a Câmara, em juízo e fora dele, como tal ele representa sempre a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*António D*

Câmara, nos bons e nos maus momentos, nunca rejeita a responsabilidade enquanto Presidente de Câmara. Indicou que a Câmara terá de elaborar uma proposta, que depois trará à Assembleia Municipal, de constituição de uma Comissão Municipal da Juventude mais alargada, que permita que os jovens estejam mais representados nesta Comissão e para que ela possa funcionar com mais gente. Relativamente ao assunto da CPCJ solicitou à Senhora Vice-Presidente que esclareça a questão suscitada. -----

Anuiu que a Senhora Deputada Odete Ganilha, na última reunião tinha colocado uma questão em relação a um documento que estava em análise e discussão na Assembleia Municipal, sendo que ainda não obteve resposta. Declarou que ia solicitar à Senhora Chefe de Divisão que com celeridade responda a essa questão. -----

Referiu que quando fez os cumprimentos iniciais deveria ter felicitado o Senhor Segundo Secretário da Mesa pelo seu regresso a esta Assembleia Municipal, da qual fez parte durante tantos anos. Explicou que esperava que a presença do Senhor Deputado nesta Assembleia seja fugaz, porque deseja as melhoras do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e que este regresso em breve. Sendo que fazia votos que em outras oportunidades, o Senhor Segundo Secretário da Mesa possa estar nesta Assembleia, a debater assuntos do concelho, trazer questões e preocupação, tais como aquelas que manifestou na sua intervenção, relativamente à Comissão de Toponímia e aos CTT. -----

Em relação aos CTT, é de conhecimento qual é o ponto da situação. Há providências cautelares que foram aceites, outras não foram aceites. Na sua opinião, esta concessão chega ao ano de 2020 e termina, porque metade do país está sem intervenção dos CTT, só têm lucro nos centros mais populosos, nas grandes metrópoles. É um projeto que está esvaziado de qualquer rendimento para os acionistas, porque dividiram os rendimentos, quando chegarem a 2020 entregam a chave e, naturalmente, o Estado através do Governo terá que novamente resolver o problema. Avocou que ou o Estado toma conta disto, numa situação degradante e recupera as lojas dos CTT, ou entregam a outra empresa qualquer, que faça melhor o trabalho. Por enquanto, o trabalho está a ser feito no concelho, sendo que não queria denegrir quem o está a fazer neste momento, a sua análise é a nível geral do que se passa na região. -----

A nível nacional, houve locais onde o serviço prestado melhorou, em outros piorou. Contudo, a confiança que existia na marca CTT não se perdeu no momento em que se saiu da loja dos CTT para o privado, já se tinha perdido, na fama que criaram, com a questão do encerramento das lojas e transferência para postos privados. Perdeu-se a confiança e a imagem digna que se tinha nos CTT antes da privatização. -----

No que diz respeito à toponímia, declarou que ambos conheciam muito bem o que é a toponímia no concelho de Manteigas, pois trabalharam politicamente nessa área. Aludiu que o trabalho foi



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

quase todo feito, ficaram apenas algumas pontas por fazer. Entretanto, foi desenvolvido mais trabalho, contudo há situações um pouco melindrosas, a título de exemplo levantou a seguinte questão: *“Sabe o que é, queremos colocar uma placa de uma rua, cujo nome foi acertado na Comissão de Toponímia e os moradores dizerem que não querem lá aquela placa, porque sempre viveram na rua com o nome X? E como tal, não mudam o nome da residência.”* Declarou tratar-se de uma questão muito sensível. Explanou que isto aconteceu no mandato anterior, houve algumas placas por colocar, entretanto foram colocadas mais duas placas e ainda está o resto por colocar. -----

Anuiu que também ainda falta atribuir os números de polícia. Esse trabalho devia ter sido contínuo e não foi, mas tal como foi referido pelo Senhor Deputado Alfredo Marcelo esta Comissão já reuniu várias vezes. Relativamente à fiscalização da Câmara, já foi distribuído serviço, sendo que algum já está feito. No início do ano de 2019 esta Comissão irá reunir novamente, para de uma forma definitiva atribuir os números de polícia. Alertou que quando isso acontecer, o número de polícia, que atualmente está na porta dos Municípes, pode não ser o mesmo que tinham. E como é óbvio esta situação gera convulsões na vida das pessoas. Agradeceu o alerta deixado pelo Senhor Segundo Secretário da Mesa em relação a esta matéria. -----

Relativamente à conduta da água, tudo tem um tempo de vida, os materiais perecem com o tempo, há novas tecnologias, novos materiais que são mais resistentes e as coisas evoluem. Indicou que desconhecia que tipo de material estava instalado nessa conduta. No entanto, disse acreditar que quando o Executivo mandou colocar esse material no local, tenha sido de acordo com as exigências que estavam regulamentadas e com material devidamente homologado, a não ser que o loteamento seja privado. Aludiu que num loteamento particular, normalmente é preciso fiscalizar muito bem, num loteamento público é da responsabilidade da Câmara. Declarou que desconhecia que tipo de material estava no local. Agradeceu ao Senhor Segundo Secretário da Mesa por ter trazido esta questão à Assembleia, sendo que a Câmara ia verificar o estado da conduta, e quando a mesma rebentasse ia solicitar que fosse realizada uma análise mais profunda. Pois, se as ruturas são sistemáticas devem estar registadas, logo pelo calendário das roturas conseguia-se perceber se é ou não necessário intervir na conduta. -----

----- A Senhora Vice-Presidente da Câmara tomou a palavra, esclareceu que o Senhor Vítor Graça foi a pessoa designada para substituir a Senhora Liseta Nunes. Este faz parte da Comissão alargada, que reúne esporadicamente. Essa comunicação teve de ser feita à Comissão Nacional da CPCJ. A Comissão restrita reúne com mais regularidade e só agora foi possível enviar toda a informação e fazer os contactos para que o Senhor Vítor Graça faça parte integrante da Comissão alargada. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Sanctus*

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro solicitou a palavra, referiu que como membro eleito pelo Partido Socialista para representar a Assembleia Municipal na CPCJ e como a colega Liseta Nunes também tinha sido eleita pelo PS, assim como o PSD propôs a Senhora Adosinda e a Senhora Deputada Odete Ganilha, o Senhor Vítor Graça foi proposto pelo PS e aprovado por esta Assembleia. Explanou que tem havido alguns equívocos, pois quem tem de ser interpelado pela questão do aviso e da informação à pessoa eleita, não é a Câmara Municipal, mas a Assembleia Municipal, pois esta é uma competência que cabe ao Órgão Deliberativo. Ou seja, quem deveria ter avisado e informado o Senhor Vítor Graça, é a Assembleia Municipal e os serviços que prestam apoio a este Órgão Autárquico. -----

----- O Senhor Deputado Luís Melo cumprimentou todos os presentes, aludiu que a sua intervenção ia de encontro à Moção apresentada pelo Senhor Segundo Secretário da Mesa, e elucidar a Assembleia Municipal das *démarches* que têm sido encetadas em relação ao Centro de Saúde. Explanou que vivemos numa região onde a demografia tem vindo a decrescer a olhos vistos. Infelizmente, é um facto que é comum a todo o interior, mas no nosso território a situação tem sido mais complicada. Reportou que, atualmente, o Centro de Saúde ainda tem uma médica que se encontra de atestado médico de incapacidade temporária para o trabalho, e que provavelmente não regressará. -----

Tratando-se de uma situação insustentável, para quem presta serviço 24 horas por dia, a uma população em que numa pirâmide etária os que têm 65 anos ultrapassa mais de 60%. Este é um problema muito grave, cuja solução é também grave e difícil de resolver. A Lei para a colocação dos médicos fá-los depender de uma unidade ponderada de 1950 unidades ponderadas por médico. Clarificou que isto não corresponde verdadeiramente ao número de pessoas, mas anda próximo. Por outro lado, é extraordinariamente difícil convencer os dirigentes das estruturas regionais de como é que podemos justificar mais dinheiro. -----

Garantiu que esta é uma situação que neste momento está ultrapassada. Atualmente há um médico que já está garantido, mas provavelmente teremos uma segunda unidade médica interessada. A primeira pessoa, em questão, está com um problema difícil de resolver no imediato, pois não está inscrita na Ordem, como tal não pode exercer. Sendo que estão a ser desenvolvidas todas as *démarches* para que a pessoa possa fazer exame, ainda este ano, e após isso, a sua contratação só depende da Administração Regional. Alertou que ainda assim, levanta-se outro problema, que é a falta de concursos. Não havendo concursos os médicos só podem ser contratos como tarefeiros. Sendo contratados como tarefeiros, obviamente que a situação não agrada a ninguém. -----

Aludiu que já conversou com uma médica que, eventualmente, estaria interessada em se fixar em Manteigas, contudo na qualidade de tarefeiro ninguém quer aceitar o lugar, isto é uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

situação bastante complicada. Deu nota que, a promessa que tem da Senhora Diretora Clínica da ULS, é que vai ser encontrada uma solução administrativa para resolver o problema. Entretanto esta situação já decorre há vários meses, é uma situação que se arrasta e só não teve consequências mais drásticas, porque os dois médicos que existem no concelho são naturais de Manteigas e sentem as necessidades do concelho de outra maneira. Contudo, é preciso entender que são Seres Humanos, que já não têm vinte anos e que a situação é extraordinariamente difícil de manter. Declarou que está convencido que a situação está prestes a ter um desfecho favorável. -----

----- O Senhor Deputado Segundo Secretário da Mesa pediu a palavra, referiu que quando as questões são colocadas devem ser ouvidas, acatadas e dar-lhes seguimento. Umás podem ser resolvidas, outras podem-se ir resolvendo. Afirmou que ficava agradado com a informação prestada pelo Senhor Deputado Luís Melo, que cumulativamente é o Diretor do Centro de Saúde. Considerou que tinha tentado salvaguardar o esforço de todos os que trabalham no Centro de Saúde, e não só, também dos Bombeiros, das equipas de INEM, que fazem todos os esforços. O que é certo é que estes são os primeiros, no local, a dar conta das carências e das dificuldades daquilo que vão surgindo, como qualquer um de nós dá conta no seu próprio meio/círculo. Na sua opinião, só o esforço de todos juntos poderá contribuir para alterar a situação atual, que pode ser gravosa, num momento qualquer, para alguém. -----

Recordou que há quinze dias, Manteigas teve o caso de um Bombeiro, que ainda hoje não tem a resposta que todos gostariam que tivesse. Ainda assim, felizmente, na circunstância que foi, teve logo no local um carro de Bombeiros que o socorreu. -----

No que concerne à intervenção realizada pelo Senhor Presidente da Câmara, disse que pretendia retribuir na mesma medida os cumprimentos que este lhe tinha feito. Referiu que está convicto, que todos tentam fazer o melhor trabalho possível em prol da comunidade. Explanou que é de conhecimento a burocracia que existe, a forma como funciona toda a nossa estrutura Autárquica junto dos serviços, da população e dos colegas. E toda essa orgânica entronca muitas vezes numa determinada posição, gerado um novelo, em que tanto rola para um lado como para o outro. Sendo este o tipo de circunstância que declarou não aceitar e que tenta combater. Sublinhou que quem esteve consigo na Assembleia Municipal, sabe que sempre foi frontal, não se inibindo de dizer e chamar as coisas pelos nomes, respeitando as pessoas, não as tratando mal. -----

Nunca teve necessidade de pedir desculpa a ninguém, por uma intervenção que possa ter feito, sendo que pretendia continuar a fazê-lo dessa forma livre, espontânea e direta, no respeito pelas pessoas e pelas instituições, sabendo que elas não acontecem como desejariam que acontecessem. O que é facto é quando estão a trabalhar em prol da comunidade, ao serviço da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Handwritten signature*

Autarquia, apresentam trabalhos, que raramente estão à espera que tenham sequência, que tenham seguimento, que sejam resolvidos. Explanou que a questão que abordou da rede de águas, mais concretamente a que está junto à sua residência, é apenas um exemplo, porque a estrutura da rede de águas no Município é muito diversa, foi feita cada uma em seu tempo. Aquela que está junto à sua habitação deve ter cerca de 24/25 anos e é uma estrutura pública, pois foi feita pelo Município, o que significa que a responsabilidade é exclusivamente do Município. -----

No que concerne à questão da Toponímia não foi dito à Comissão quais eram os pontos que tinham de ser corrigidos e isso era um procedimento simples, bastava ser indicado para cada um desses pontos o que havia a corrigir. Tinha de ser enumerado, concretamente, o que havia e isso não foi dito. Considerou que não é bom, quando isso não acontece e acontece passado dois anos, e nestas circunstâncias. Explanou que a problemática de salvaguardar o nome de uma rua já muito antiga, pode ser facilmente resolvida. Essa solução foi apresentada pelo representante dos CTT numa reunião, onde também estava presente o Senhor Chefe de Divisão e outro funcionário do Município. A solução que este indicou passa pelo seguinte: por exemplo a rua de Santo André, tem a placa a identificá-la com esse topónimo e tem por baixo a indicação – Antiga Rua das Rabitas. Declarou que, não pode acontecer haver uma rua a que chamam Loteamento do Souto Grande, que já não existe, pois a partir do momento que foi loteado deixou de ser loteamento e passou a ser uma urbanização, sendo também designada como Rua do Souto Grande, Rua A, ou seja tem várias designações. -----

Alertou que fazendo uma pesquisa no *google*, facilmente se pode constatar estas situações. E quando se fala dos meios digitais, que são das coisas mais recentes que existem e que são evolutivos, mas onde se verifica essa diversidade de nomes para uma mesma rua, pode gerar situações que ninguém quer que aconteçam. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara convidou o Senhor Segundo Secretário da Mesa a falar consigo sobre estas questões, porque trata-se de um mais trabalho técnico e de opinião pessoal, que é muito válida. Disse que estava disponível para o ouvir em relação aos ensinamentos que queira prestar em relação à Comissão de Toponímia, sendo que os seus conselhos serão sempre bem-vindos. -----

----- O Senhor Segundo Secretário da Mesa afirmou estar totalmente disponível para essa reunião. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga solicitou a palavra, cumprimentou todos os presentes. No que diz respeito à questão da CPCJ, disse que também lhe suscitou essa dúvida, quando a Senhora Deputada Odete Ganilha interveio sobre essa matéria, na última Assembleia Municipal. Aludiu que a pergunta que se calhar esclarece essa situação é: quando é que foi



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

transmitido oficialmente à Câmara e à CPCJ, a decisão tomada pelo Órgão Deliberativo de designar o Senhor Vítor Graça. Recordou que essa proposta foi realizada pelo PS e foi muito bem acolhida na reunião preparatória pelo grupo do PSD. -----

No que concerne à temática levantada sobre a saúde em Manteigas, disse que apenas queria acrescentar algo ao foi dito pelo seu colega, o Senhor Deputado Luís Melo, que cumulativamente é também o Senhor Diretor do Centro de Saúde de Manteigas. Aludiu que usando as palavras do Senhor Deputado António Pedro Leitão, que na altura referiu que dois médicos não podem fazer o serviço de três, na verdade essa é a grande questão. Explanou que a questão não se põe no Serviço de Atendimento Permanente (SAP), a questão põe-se no resto, porque quando vêm pedir aos médicos: *“vejam lá se arranjam um tempinho para ver mais diabéticos, mais um tempinho para ver mais crianças”*, se já estão assoberbados de trabalho, com programas de saúde de adultos, saúde materna, saúde infantil, planeamento familiar, como é que esse trabalho pode ser desenvolvido só por dois médicos. Indicou que tal como foi dito pelo Senhor Deputado Luís Melo, o sistema baseia-se apenas nos números. Declarou que se a saúde em Portugal continuar a ser só números, vamos por muito mau caminho. É necessário conhecer a realidade caso a caso, que é aquilo que por vezes não acontece da parte de superiores hierárquicos. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha no que concerne à CPCJ, informou que a reunião da Comissão alargada decorreu no dia 27 de setembro, tendo alertado para o facto que deve ter havido um equívoco, pois na participação da Senhora Vice-Presidente, consta a reunião alargada da CPCJ no dia 27, quando a mesma não esteve presente. Prosseguiu dando conhecimento que nessa reunião, a Senhora Secretária da CPCJ disse que ainda não tinham sido informados da substituição da Senhora Liseta Nunes pelo Senhor Vítor Graça. Posteriormente, na reunião do Órgão Deliberativo do dia 28 de setembro, alertou para essa situação e até à data, já decorreram pelo menos mais três reuniões da Comissão alargada, e o Senhor Vítor Graça não compareceu em nenhuma delas. Desconhecia se o mesmo foi informado ou não, mas o facto é que não compareceu. -----

----- A Senhora Presidente da Mesa, no uso da palavra, colocou a **Moção apresentada pelo Senhor Segundo Secretário da Mesa** à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade dos presentes**. No momento da votação não se encontravam presentes os Senhores Deputados Odete Ganilha e Pedro Leitão, para exercerem o seu direito de voto. -----

No que concerne à questão que foi colocada sobre de quem é a responsabilidade para convocar para reuniões de Grupos, de Comissões ou de Trabalhos, disse que após analisar o Regimento da Assembleia Municipal, verificou que no artigo 47.º, onde fala do funcionamento das Comissões e dos Grupos de Trabalho, no número 1 do artigo supracitado, diz que compete ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Antunes*

Presidente da Assembleia Municipal convocar a primeira reunião dos Grupos. As regras internas do funcionamento são da responsabilidade da Delegação, Comissão ou Grupo de Trabalho. Portanto, no seu entendimento, a convocatória para a primeira reunião é realmente da responsabilidade da Mesa, a partir desse momento deverá ser o Grupo de Trabalho ou a Comissão a agendar e a tratar das substituições. Esclareceu que não será da competência da Assembleia a questão das substituições e agendamento dessas reuniões. -----

-----**Período da Ordem do Dia**-----

----- PONTO 3.1 -----

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP)  
----- PARA 2019 -----

----- A Senhora Presidente da Mesa questionou se alguém desejava usar da palavra sobre esta matéria. Verificando que não havia inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, colocou à votação a **Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2019**, tendo sido **aprovada por unanimidade dos presentes**. No momento da votação não se encontrava presente a Senhora Deputada Bárbara Sabino para exercer o seu direito de voto. ----

----- PONTO 3.2 -----

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA REVISÃO N.º 1 DO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES  
----- DO PLANO PARA 2018 -----

----- A Senhora Presidente da Mesa, no uso da palavra, indicou que a minuta produzida em reunião de Câmara reflete que houve uma apreciação negativa por parte da Câmara Municipal, tendo sido deliberado por maioria submeter à aprovação da Assembleia. Contudo, da minuta supracitada consta um parágrafo, onde é mencionado que tendo suscitado dúvidas acerca da obrigatoriedade da Revisão Orçamental ter que ser votada por parte do Executivo, foi deliberado solicitar parecer às entidades competentes. Questionou o Senhor Presidente da Câmara se há algum parecer das ditas entidades, sobre se o documento, neste caso específico, deveria ser ou não remetido à Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para clarificar a situação. Deu nota que os pareceres que foram solicitados ainda não chegaram ao Município. Explanou que as dúvidas do Órgão Executivo surgiram num determinado momento, porque questionou-se se depois de feita a votação, se à Câmara competia, apenas e só, apreciar e não competia aprovar. A Câmara não se deve meter nas competências da Assembleia Municipal, que tem competências próprias, das quais não deve abdicar, tal como a Câmara não deve abdicar das suas. Tendo surgido a dúvida e a cautela de se pedir pareceres, a Câmara solicitou os mesmos, mas ainda não obteve resposta, sendo impossível num prazo tão curto ter esses pareceres. Fez alusão que a Câmara não tem competência para aprovar a Revisão Orçamental, essa é uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

competência da Assembleia Municipal, tal como vem definido na Lei 75/2013. Portanto, a Assembleia Municipal decidirá como fazer. -----

Avocou que para além de toda esta questão, há que reter como é que as coisas acontecem, porque as razões que levaram à apreciação negativa, não têm a ver com aspetos contabilísticos, nem com aspetos de gestão, têm a ver com declarações políticas feitas em 2015, por um determinado grupo parlamentar, na Assembleia Municipal. Em 2015 foi remetida para a Assembleia Municipal uma Revisão Orçamental idêntica a esta que agora vem a deliberação da Assembleia Municipal, tinha os mesmos objetivos, foi apresentada com os mesmos fins, para cumprir a lei e, curiosamente, em 2016 repetiu-se com mais ou menos os mesmos valores que agora estão presentes nesta Revisão. Tal como pode ser comprovado pela gravação da reunião de Câmara, a apreciação negativa da Revisão Orçamental n.º 01/2018 não é sobre os documentos, não foram de ordem contabilística ou de má gestão, foi alegado que: *“é porque o PS em 2015 disse e eu agora também voto contra”*. -----

Indicou que é preciso reter que, nessa altura, o PS não se opôs à Revisão Orçamental, nem na Câmara nem na Assembleia Municipal, sendo que na Assembleia Municipal o Partido Socialista tinha maioria. Contudo, de forma responsável e madura, em termos democráticos, aprovou a Revisão Orçamental. É preciso olhar para a história muito recente e olhar aos factos. Realçou a preocupação demonstrada por um Vereador do Partido Social Democrata, que em reunião de Câmara assumiu a responsabilidade e maturidade democrática, demonstrou que está aqui para acompanhar a resolução dos problemas do concelho e não para atrofiar seja aquilo que for, com uma votação de se votar contra apenas por se votar contra. Declarou que há trinta anos que isto se tem vindo a verificar. Por outro lado, vota-se contra porque o PS no passado fez uma determinada intervenção. -----

Disse desconhecer quem é que fez essa intervenção e se a pessoa em questão ainda está ou não na Assembleia Municipal. O que é certo, é que esta Revisão Orçamental responde, essencialmente, a uma redução significativa na transferência de verbas da Comunidade Intermunicipal, no montante de seis milhões, duzentos e setenta e seis mil, quinhentos e oitenta e dois euros (6.276.582,00€), para um milhão novecentos e oitenta e quatro mil euros (1.984.000,00€). Ou seja, é uma redução de quatro milhões duzentos e noventa e dois mil, cento e quarenta e quatro euros (4.292.144,00€), que a Câmara tem de transpor para o Orçamento. Isto, porque estava prevista a aprovação de candidaturas, as mesmas não avançaram e como tal, não houve a transferência de capital. Avocou que o Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, também Deputado nesta Assembleia e líder da Bancada do PSD, certamente que se vai confrontar com esta votação, com os números que tem a Revisão Orçamental da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Spantuz* *DE*

Comunidade Intermunicipal e que deu origem a esta Revisão Orçamental do Município de Manteigas. -----

O Senhor Presidente deixou à apreciação da digna Assembleia Municipal, se deve ou não cumprir aquilo que são as responsabilidades da Assembleia Municipal e as suas competências, porque a Lei diz que a Câmara aprecia e submete à Assembleia. No sentido de submissão à Assembleia, a minuta refere que foi aprovado com um voto contra dos presentes, submeter à Assembleia Municipal a Revisão Orçamental supracitada, sendo que esta última fará como entender. Declarou que se a Assembleia Municipal não deliberar sobre este documento, cada um terá de assumir as suas responsabilidades, sendo que sabe que há gente muito responsável neste Órgão Autárquico. -----

Explanou que pode acontecer, que este ano o Município não tenha nenhuma penalização, mas se no segundo ano consecutivo não cumprir os 85% da taxa de execução, pode ter penalizações muito graves, em termos de transferência das verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e outras. Aludiu que na referida ata da Câmara, que posteriormente iriam receber, estará a intervenção de cada um dos membros do Órgão Executivo . A Revisão Orçamental foi submetida à deliberação da Assembleia Municipal, cumprindo assim uma obrigação legal. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares solicitou a palavra, cumprimentou todos os presentes. Disse que pegando nas palavras do Senhor Presidente da Câmara, que entende perfeitamente, sublinhou uma situação: independentemente daquilo que vier a seguir-se, não há risco, neste momento, da Câmara Municipal entrar em incumprimento, haja ou não Revisão Orçamental aprovada. Isso apenas se poderá colocar no próximo ano, caso haja novamente incumprimento dos 85%. Explanou que o Órgão Deliberativo não está perante uma situação de a sua decisão poder prejudicar gravemente o Município, cortando já as parcas verbas que tem, acrescentando-lhe uma penalização. Isso não está em risco, portanto a Assembleia Municipal também tem de ter isso em consideração, e não precisa de ter esse peso na análise que fizer ao documento em causa. -----

Referiu que a outra questão, prende-se com a forma como este documento chega ao Órgão Deliberativo. E nesse aspeto, disse discordar da opinião proferida pelo Senhor Presidente da Câmara. O Código do Procedimento Administrativo é muito claro, no número 1º do artigo 32º é mencionado, claramente, que as deliberações são tomadas por maioria absoluta dos votos dos membros presentes na reunião. A questão é que este documento não chega à Assembleia Municipal aprovado. A Câmara não o aprovou. A Assembleia não se pode pronunciar sobre um não documento, porque se a Câmara não o aprovou, o documento não é válido. -----

Informou que falou com juristas, atempadamente, para se informar devidamente sobre esta matéria e todos foram da opinião que a Assembleia Municipal apenas se pode pronunciar sobre



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

os documentos previamente aprovados. Este documento não está em condições de ser votado. Declarou que não ia entrar em discussão política, porque a Bancada do PSD não teria qualquer dificuldade em aprovar o documento e viabilizar a sua passagem na Assembleia, se o mesmo tivesse sido aprovado na Câmara Municipal. No entanto, o documento não é válido para ser votado, como tal a Bancada do PSD não o votará. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para explicar que, tal como já tinha indicado anteriormente, a Câmara não vai parar com a falta de aprovação deste documento. Contudo, não se pode “andar a tapar o sol com a peneira”. Recordou que em 2016, era Vereador da oposição juntamente com Senhor António Fraga, na Câmara e na altura foi-lhes apresentado um documento idêntico, aquele que agora se quer impedir que venha à deliberação da Assembleia Municipal. Indicou, que no seu ponto de vista, o documento em causa não está impedido de ser deliberado pela Assembleia Municipal, pois caso contrário, concluiu que todos os membros da Câmara, que votaram favoravelmente a remessa à Assembleia Municipal, são inconscientes. -----

Disse que apelava ao bom-senso, à responsabilidade e à maturidade política, mas não podia apelar à má vontade, ao revanchismo. As intervenções estão perfeitamente plasmadas nas gravações e nas atas. Recordou que em reunião de Câmara ouviu o que em seguida se transcreve: *“este ano é inócuo, mas para o próximo ano até me comprometo a votar favoravelmente”*. Declarou que isto não é discutir com seriedade as questões do concelho. -----

----- O Senhor Deputado António Miguel tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes. Referiu que já previa, que algo semelhante ao que se estava a passar nesta reunião, pudesse vir a acontecer. O Senhor Presidente explicou e muito bem, que esta Revisão prende-se com fatores exógenos à Câmara Municipal. As Autarquias têm que obrigatoriamente fazer uma Revisão Orçamental. Assim sendo, disse que não consegue perceber, como é que se vota contra uma Revisão Orçamental, que tem por base somente este motivo. Reiterou que não consegue entender, a não ser por mero revanchismo. -----

Fez alusão à minuta de deliberação da Câmara que refere: *“A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, submeter a aprovação da Assembleia Municipal, a revisão nº 1 do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2018”*. Segundo o disposto na Lei 75/2013, no ponto 1, da alínea C, do artigo 13º *“É competência da Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as opções do plano e a proposta do orçamento, assim como as respetivas revisões”*, ou seja, a competência da Câmara é elaborar e submeter ao Órgão Deliberativo. -----

Temos que perceber que se fomos eleitos pelo povo temos de ser responsáveis. A elaboração do Orçamento e da Revisão e respetiva remessa, é da responsabilidade do Executivo Municipal,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Santiago*

não é do Presidente de Câmara ou dos Vereadores com pelouro atribuído, é dos cinco membros da Câmara. Explanou que não consegue perceber como é que as pessoas são chamadas para fazerem parte da solução, para trazerem propostas e depois votam de forma revanchista este tipo de documentos. Na sua perspetiva isto não é política e não é forma de estar na política, considerou ser falta de responsabilidade. -----

No que concerne à Revisão Orçamental, a Câmara deliberou por maioria, com um voto contra de um Vereador. Se foi aprovado submeter à deliberação da Assembleia Municipal, segundo a alínea a), do ponto 1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, cabe a este último Órgão Autárquico aprovar as Grandes Opções do Plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas Revisões. Portanto, isto é uma competência da Assembleia Municipal, não resta qualquer dúvida. Na sua opinião, o Órgão Deliberativo está em condições para votar o documento. -----

Deixou o apelo para que, independentemente, de já este ano ou não haver prejuízos nas transferências de capital para a Câmara Municipal de Manteigas, independentemente daquilo que o Partido Socialista pode ter dito em Assembleias Municipais anteriores, a verdade é que o Partido Socialista nunca inviabilizou um Orçamento, nem uma Revisão Orçamental, tendo tido oportunidade durante quatro anos para o fazer. Mas, nunca agiu dessa forma, teve sempre uma atitude responsável e madura. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga, no uso da palavra, referiu que após a intervenção do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Deputado António Miguel, apenas se ia debruçar sobre duas questões. A Câmara Municipal deliberou por maioria, com um voto contra, submeter à Assembleia Municipal esta Revisão Orçamental, sendo que a lei é clara quando refere a quem compete aprovar as Grandes Opções do Plano e as Revisões Orçamentais. -----

Por outro lado, tal como já foi referido, esta Revisão Orçamental está relacionada com fatores exógenos. No seu entendimento, todos os que estavam nesta Assembleia Municipal querem o bem de Manteigas, por isso apelou que ponderassem seriamente o assunto. Mais, apelou à responsabilidade e ao bom-senso, no sentido de o documento em causa ser viabilizado, porque mais tarde pode trazer consequências para o Município. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão explanou que parece que estavam a reviver aquilo que se passou há um ano atrás nesta Assembleia, visto que em dezembro do ano transato, também foi votada uma Revisão Orçamental, exatamente, com base nos mesmos fundamentos, colocando ainda de parte a questão se será de votar ou não o documento em causa. -----

Disse que secundava as palavras do Senhor Presidente da Câmara, todos têm a responsabilidade democrática de evitar problemas. Indicou que desconhecia até que ponto o Executivo terá realizado algum tipo de diligência para acelerar os procedimentos, de modo a desbloquear a transferência do dinheiro, evitando Revisões Orçamentais em cima da hora. Isto



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

porque se há concursos e procedimentos que foram aprovados, há prazos que têm de ser cumpridos. Se há prazos que foram cumpridos há direitos que assistem à Autarquia. Se há direitos, há tribunais para os fazer valer e há entidades administrativas, que são hierarquicamente superiores aquelas que, provavelmente, não fazem a transferência das verbas. Portanto, essas entidades superiores podem receber as reclamações da Autarquia. -----

Nesse sentido, indicou que gostava de saber se foi feita alguma coisa por parte da Autarquia para perceber onde está o dinheiro, porque é que o dinheiro não chega, o que é que está a inquirir as transferências e se é esse o problema. Se o problema não são os concursos ou os procedimentos terem sido aprovados há tês ou cinco anos atrás, ou ainda este ano, e o prazo para entrega dos montantes ser só em 2019, ou em 2020. -----

Relativamente à responsabilidade que pode ser assacada a alguém que vote contra a aprovação de uma Revisão Orçamental, neste termos, considerou que a responsabilidade não fica nas mãos de quem vota. Recordou que já no ano transato tinha referido isto, exatamente, nestes termos. A responsabilidade está nas mãos de quem executa ou não o Orçamento. Disse que compreende que os motivos que levam a esta Revisão Orçamental sejam motivos exógenos, tal como referiu o Senhor Deputado António Miguel. Mais, disse perceber que não esteja nas mãos da Câmara Municipal controlar esses fatores exógenos, contudo também entende que a Câmara Municipal tem meios, ou pode ter meios, para fazer valer os interesses dos Munícipes, acima das violações que lhes estão a ser assacadas e imputadas, pela falta de transferência. -----

Solicitou esclarecimentos sobre o documento em causa, isto porque no Orçamento de 2018, que foi aprovado pela Assembleia Municipal, foi inserido no código 211, relativamente ao ensino não superior, um valor de trezentos e quatro mil, duzentos e cinquenta euros (304.250,00€), sendo que na proposta de Revisão, na coluna onde supostamente deveria aparecer esse valor só aparece o valor de cento e oitenta e três mil euros (183.000,00€), que corrigido passa para setenta e dois mil, oitocentos e dez euros (72.810,00€). Esta situação acontece também em outras rúbricas. -----

No que diz respeito à votação ou não do documento supracitado, considerou que o mesmo pode ser votado. Explicou que, no seu entendimento, uma aprovação é um tipo de deliberação. A Assembleia pode deliberar no sentido de várias coisas. Segundo o disposto no artigo 25.º das competências da Assembleia, a Assembleia pode deliberar aprovar as opções de plano, pode deliberar fixar e autorizar. Há várias formas de deliberação. A Câmara Municipal deliberou submeter, na sua opinião, a exigência legal e de forma está aí, está no submeter, por isso considerou que o documento pode ser votado. No entanto, também foi pedido um parecer, as entidades competentes, desconhece se o mesmo pode ser pedido com carácter de urgência.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Santiago*

Talvez, por cautela, fosse melhor esperar pelo parecer. Disse ter conhecimento que há pareceres que dizem especificamente que a Câmara tem de aprovar a Revisão Orçamental. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha solicitou a palavra, explanou que não é a necessidade da Revisão Orçamental que está em questão, porque a mesma é legal, a lei prevê e é para isso mesmo. Disse ter dúvidas que ainda não conseguiu esclarecer, por isso pedia a ajuda à Assembleia Municipal. No artigo avocado pelos Senhores Deputados António Miguel e Pedro Leitão e mesmo no Regimento da Assembleia é explícito, no artigo 3.º número 1º que compete à Assembleia Municipal, sobre proposta da Câmara Municipal, aprovar as opções de Plano, as propostas de Orçamento, bem como as respetivas Revisões Orçamentais. No entanto, a lei 169/99 refere que é competência da Câmara elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Opções do Plano. Mencionou que as Opções do Plano foram aprovadas na reunião da Câmara, a proposta de Orçamento foi aprovada na reunião de Câmara, qual o motivo de a Revisão Orçamental não ser aprovada na Câmara. Dos três documentos que são mencionados, em que a Câmara tem de elaborar e submeter, dois são votados na Câmara e a Revisão Orçamental não é. Qual o motivo para não ser votada? Indicou ser esta a sua dúvida.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria declarou que como Deputado Municipal, ficou curioso por ler a ata da reunião onde a Revisão ao Orçamento foi apreciada, porque no seu entendimento, pela forma como este documento foi tratado, parece-lhe que houve uma postura de ausência de compromisso com quem nos elegeu. Explanou que a Assembleia Municipal tem tido sempre documentos parecidos, ou quase iguais a este, nesta altura do ano, apenas mudam os números. O Orçamento que será apreciado nesta reunião, é um documento previsional e dinâmico e tem duas ferramentas, que ao longo do ano, podem complementar esse Orçamento, de acordo com o que vai acontecendo. Uma dessas ferramentas são as alterações orçamentais, que são da competência do Órgão Executivo; e a outra ferramenta, são as Revisões Orçamentais, que são da competência do Órgão Deliberativo. Estas duas ferramentas permitem dar mais rigor a um documento que é previsional, para que quando forem aprovadas as Contas de Gerência, as mesmas tenham o máximo de execução orçamental possível. -----

Uma Revisão Orçamental é um documento que tem muito de real. O Executivo Municipal ao submeter este documento ao Órgão Deliberativo, tem quase a certeza desta Revisão, é já um documento muito real, muito próximo, enquanto que o Orçamento é um documento previsional. Atendendo que a Câmara aprovou, por maioria, submeter este documento à Assembleia Municipal, e sendo uma competência desta última, deve o Órgão Deliberativo votar o documento supracitado e caso haja dúvidas sobre o teor do mesmo, deve ser solicitado ao Senhor Presidente da Câmara que esclareça, ao pormenor, o que consta nesta Revisão Orçamental. A



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

título de exemplo, referiu que na Junta de Freguesia de Santa Maria, no final de cada ano, este procedimento é realizado para apanhar na globalidade tudo aquilo que durante ano fugiu um pouco ao Orçamento, por forma a dar rigor a esse documento. Declarou que a Revisão Orçamental é uma ferramenta útil e se existe é para usar. -----

----- A Senhora Presidente da Mesa fez uso da palavra para esclarecer que ninguém coloca em causa o facto da Revisão Orçamental ser útil ou necessária. A questão premente que se coloca, é o facto de a mesma não ter sido aprovada pela Câmara Municipal. Disse que partilhava a mesma dúvida já exposta nesta reunião, sobre esta matéria. Aludiu que no site da CCDR há pareceres jurídicos, que podem ser consultados, e de facto é referido que as Opções do Plano e Orçamentos são aprovadas pela Assembleia Municipal, por proposta da Câmara, mas este Órgão Municipal tem que aprovar, em reunião de Câmara, a proposta das Opções do Plano e a proposta do Orçamento, competindo posteriormente à Assembleia aprovar ou rejeitar. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares solicitou a palavra, leu um parágrafo do parecer número 288/12 da Senhora Diretora de Serviços de Apoio Jurídico da Administração Local, que pode ser consultado na CCDRC e que refere o que em seguida se reproduz:

*“As opções de plano e o orçamento são aprovadas pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, de acordo com a alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da referida lei.*

*Tal significa que a Câmara Municipal tem que aprovar em reunião de Câmara a proposta de opções de plano e a proposta de orçamento, competindo posteriormente à Assembleia Municipal aprovar ou rejeitar as referidas propostas de opções de plano e de orçamento, muito embora não as possa alterar (n.º 6 do artigo 53.º).” -----*

Disse que daqui concluía que a Câmara tem de aprovar as referidas propostas. Depois de aprovadas vêm à Assembleia, sendo que esta última não as pode alterar, mas pode aprová-las ou rejeitá-las, mas com a aprovação prévia do Executivo Municipal. Daí o Código do Procedimento Administrativo, no seu artigo 32.º n.º1 refere: *“maioria exigível nas deliberações”*. Como é que delibera um Órgão Colegial como a Câmara Municipal ou como a Assembleia Municipal? Há pluralidade de votos, cada cabeça é um voto, ninguém tem dúvidas disto. As deliberações são tomadas por maioria absoluta de votos, dos membros presentes na reunião, salvo nos casos em que por disposição legal ou estatutária, se exija maioria qualificada, ou seja suficiente maioria relativa. Desde que a lei não disponha claramente que tem de ser por maioria qualificada, é tomada a pluralidade de votos, por maioria absoluta dos votos. Sendo que em relação à Revisão Orçamental, a maioria dos votos no Órgão Executivo foi contra o documento supracitado. -----

A Assembleia Municipal não tem poder para interferir naquilo que a Câmara quis deliberar, a questão é que a Revisão não foi aprovada. A discussão que houve em reunião de Câmara é



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Handwritten signatures*

legítima, quer se goste ou não. Tendo considerado que se deve ter algum cuidado nas palavras que são proferidas, porque não aceita que se chamem de irresponsáveis os que votam contra, porque cada um é responsável pelo meu voto. Sendo que se algum documento nesta Autarquia não for aprovado por ter votado contra o mesmo, declarou que assume na plenitude esse voto e a sua responsabilidade -----

Reiterou, que se a Câmara tivesse aprovado a Revisão Orçamental, a Bancada do PSD estaria disponível para viabilizar o documento. A questão é que a Câmara não aprovou o mesmo e a Assembleia não pode aprovar algo que não foi aprovado na Câmara. Avocou que, se a questão é a votação, e se há nesta Assembleia Municipal quem queira assumir essa votação, apenas tinha a informar que há elementos da Bancada do PSD que já manifestaram que se vão ausentar da votação, porque legalmente não concordam que essa votação possa existir. -----

----- O Senhor Deputado António Miguel aludiu que mantém a tese inicial já exposta, acrescentando, agora, a ressalva que no terceiro parágrafo da minuta de deliberação da Câmara, é referido: *“Após apreciação da revisão orçamental o documento recolheu a apreciação negativa dos Senhores Vereadores Irene Paixão e José Manuel Cardoso, a abstenção do Senhor Vereador José Manuel Biscaia e a apreciação positiva do Senhor Presidente.”* No paragrafo seguinte é dito: *“A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, submeter a aprovação da Assembleia Municipal, a revisão nº 1 ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2018.”* Portanto a deliberação está neste último parágrafo citado, pois não há nenhuma deliberação no parágrafo anterior, houve apenas uma apreciação negativa. Explanou que este é o seu entendimento, contudo, nesta reunião estavam presentes os membros do Órgão Executivo, que estiveram nessa reunião, como tal podem explicar melhor o que se passou e o que os levou a ter aqui duas posições em dois momentos distintos. -----

----- A Senhora Deputada Bárbara Sabino, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Declarou que não tendo qualquer competência para interpretar artigos, a única coisa que apela à sua consciência é uma questão lógica, que se prende com o seguinte: se a Assembleia Municipal tem competência para aprovar ou rejeitar um Orçamento, no seu ponto de vista, faz todo o sentido que quando haja uma Revisão Orçamental, que implica nomeadamente a transição de rúbricas (ou seja tirar dinheiro de uma rúbrica e colocar em outra), também cabe ao Órgão Deliberativo, caso haja uma Revisão Orçamental, deliberar se aprova ou não a mesma. -----

No seu entendimento, não faz sentido um Orçamento que é posto à votação de uma Assembleia Municipal, quando há a sua respetiva Revisão, ser o Executivo a aprovar ou não a mesma. Considerou que, se aprova ou rejeita um documento e se há uma alteração ao mesmo, cabe-lhe



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

o direito de saber qual é a disposição das rúbricas, se as mesmas se mantêm estanques, se houve alteração. Como tal, esta apreciação tem de vir à Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga aludiu que da leitura que fez da minuta, concluía que a Câmara fez uma apreciação negativa e não uma votação, pois é referido: “*Após apreciação da revisão orçamental o documento recolheu a apreciação negativa*” (...) a deliberação está no ponto seguinte quando é dito: “*A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, submeter a aprovação da Assembleia Municipal*” (...). -----

----- A Senhora Presidente da Mesa explicou que a questão que causa celeuma é o parágrafo da minuta que refere: “*Tendo suscitado dúvidas acerca da obrigatoriedade da revisão orçamental ter que ser votada por parte do Executivo, foi deliberado solicitar parecer às entidades competentes.*”. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga avocou que a Assembleia Municipal possui as mais variadas opiniões, como tal a Senhora Presidente da Mesa tem de decidir se o ponto é votado ou se coloca isso à consideração do Órgão Deliberativo. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra para prestar os esclarecimentos solicitados pelo Senhor Deputado Pedro Leitão, que referiu na sua explanação, que se não houve cumprimento, a Câmara tem meios de acionar os responsáveis e de vir a penalizá-los. Sublinhou que isso, não evita que a Câmara tenha que deixar de cumprir os 85% mínimo de execução orçamental. O Município pode não ser penalizado este ano, mas é uma questão de dignidade do Município. Porque, nos três anos anteriores o Município fez Revisões Orçamentais e não levantou nenhuma questão. Explanou que nesta Revisão Orçamental, está a retirar-se cerca de setecentos mil euros (700.000,00€), devido à falta de financiamento através da CIM e da CCDR. -----

A verdade é que se tratam de verbas que estão consignadas à Câmara Municipal e a projetos do Município, mas que ainda não têm assinados os contratos de Financiamento, nem têm aprovadas algumas candidaturas. Isto, porque há uma reprogramação da CIM, que estava em curso e porque há atrasos na apreciação dos processos na CCDR. Afirmou que esta situação não é culpa da Câmara. -----

Nenhum advogado defenderia a Câmara numa queixa em Tribunal, quando em termos processuais isto está preso a outras estruturas. -----

----- O Senhor Segundo Secretário da Mesa, tomou a palavra, indicou que não tinha ideia de em anos anteriores uma Revisão Orçamental ter chegado à Assembleia Municipal sem a mesma ter sido votada na Câmara. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Partiu*

Informou que esteve presente na reunião de Câmara, onde foi discutida a Revisão Orçamental e com naturalidade, foi votado o que consta desta minuta. Do conhecimento que tem da lei, qualquer proposta tem de ser votada no Órgão Executivo. Quem cria esta confusão toda é o próprio Órgão Câmara Municipal, quando deliberou solicitar parecer às entidades competentes. Então o Órgão Câmara não aprova o documento, não o vota, tem dúvidas e submete-o à Assembleia Municipal? Por outro lado, há informações que são contraditórias, uma coisa é votar o documento, outra coisa é votar submete-lo, são situações distintas. Face ao exposto, propôs que este assunto seja devolvido à Câmara e seja feita uma Assembleia Extraordinária, ainda no corrente ano, para não originar efeitos nefastos, ou negativos para a Autarquia. -----

Reiterou que quem criou este imbróglio todo não foi a Assembleia, este assunto foi empurrado para este Órgão Autárquico decidir. Avocou que não se chega aqui sem se saber como é gerido o dinheiro, as verbas que estão inscritas no Orçamento, que foi o Órgão Executivo que o geriu, portanto não é a Assembleia que vai sobrepor-se a essa gestão. Deixou claro que nunca fez juízos de valor, não os fará, e não admite que alguém os faça sobre a sua pessoa. -----

----- O Senhor Vereador José Biscaia solicitou, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, autorização para fazer uso da palavra, de modo a prestar alguns esclarecimentos sobre o que se passou em reunião de Câmara, relativamente a esta temática. Confirmou que houve dúvidas do Executivo relativamente a esta matéria. Dúvidas essas que são iguais às que foram expostas nesta reunião pela Assembleia Municipal. Ou seja, é obrigatório ou não a votação deste documento na Câmara? Se for obrigatória a votação da Câmara e se a mesma for negativa, o documento é remetido ou não para a Assembleia Municipal? Explicou que estas foram as dúvidas que se levantaram e no decorrer da discussão foi entendido o seguinte: a Câmara apreciou o documento, pois tal com o é referido na lei, a Câmara deve elaborar e apreciar. Questionou se apreciar significa votar? Porque se apreciar significa votar, então a Câmara votou negativamente e o documento não chegaria até à Assembleia. -----

Mas, a verdade é que a Câmara apreciou negativamente o documento e alguém disse, que o Órgão Executivo não tinha que o votar. Perante esta dúvida, considerou-se que se devia pedir parecer às entidades competentes. Alegou que ninguém tem culpa desta situação, porque a reunião da Assembleia Municipal podia ser marcada até ao dia 31 de dezembro e foi agendada para o dia 30 de novembro. -----

Explicou que a ideia que está subjacente no terceiro parágrafo da minuta é: a Câmara tem dúvidas, como tal tem que se solicitar às instâncias competentes que se pronunciem sobre se a apreciar é igual a votar. Tendo considerado que é uma dúvida legítima por parte do Órgão Executivo. Indicou que, como este assunto foi abordado na Câmara uma semana antes da reunião da Assembleia Municipal, inclusivamente, este ponto já constava da Ordem de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Trabalhos desta reunião, a Câmara decidiu remeter o assunto para o Órgão Deliberativo. A verdade é que, o terceiro parágrafo da minuta supracitada reflete as dúvidas do Executivo. ----- Declarou que não há neste procedimento do Executivo, a atitude de “empurrar com a barriga”. Foi garantida a posição de quem defendia que devia de ser remetido o documento à Assembleia Municipal e também teve guarida a opinião daqueles que disseram que não podia vir à Assembleia. Entretanto, não houve tempo para obter o parecer da DGAL e da CCDR. ----- Recordou que foi feita uma proposta nesta reunião para sanar este impasse, sendo da opinião que todos devem ser devidamente esclarecidos. Alegou que, cabe aos ilustres Deputados decidir se votam ou não este ponto. A Câmara teve dúvidas e quis pedir pareceres para ser devidamente esclarecida, contudo não quis manietar a Assembleia, antes pelo contrário quis dar-lhe toda a margem para poder decidir sobre este assunto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para complementar a ideia relativamente à dúvida entre o apreciar e votar. Referiu que nesta Assembleia Municipal houve a substituição do Senhor Presidente da Mesa, que não pode estar presente. Na reunião de Câmara, não pediu a substituição da Senhora Vice-Presidente, que não pode estar, porque estava doente. Porque se a mesma estivesse na referida reunião, teria apreciado positivamente o documento e o mesmo tinha vindo à Assembleia Municipal, apreciado positivamente, com o voto de qualidade do Presidente. Questionou se perante esse cenário a Assembleia estaria a discutir a mesma coisa? A Assembleia tem ou não competência de aprovar a Revisão Orçamental? -----

Lamentou que por vezes não possam dar um pouco mais as mãos, sendo que ele já o tinha feito e continua a fazê-lo quando é necessário. Declarou que aproveitar alguma debilidades para criar imbróglios deste tipo, não é legítimo a ninguém que o faça. Se a Senhora Vice-Presidente, infelizmente, não tivesse doente não estariam nesta posição. Reiterou a questão: se o documento tivesse vindo à Assembleia Municipal apreciado positivamente, qual era a posição deste Órgão Autárquico. -----

----- A Senhora Presidente da Mesa, no uso da palavra explanou que perante tantas dúvidas manifestadas pela Assembleia Municipal sobre esta matéria, e dado que é uma situação que no momento não se consegue esclarecer, sugeriu que este assunto não fosse votado nesta reunião, o mesmo fosse remetido novamente para a Câmara Municipal, apreciar e votar o documento mencionado em epígrafe. Posteriormente, o documento é novamente remetido ao Órgão Deliberativo e agenda-se uma reunião extraordinária da Assembleia, ainda no corrente ano. Entretanto chegariam os pareceres que foram solicitados às entidades competentes.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara fez uso da palavra, recordou que é o Presidente da Câmara quem convoca às reuniões do Órgão Executivo. Como tal, dependendo de si mesmo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Partiu*

não ia convocar uma reunião de Câmara para que a Revisão Orçamental fosse novamente à discussão desse Órgão, apenas porque estará presente mais um membro do Órgão Executivo e como tal teria mais voto. A Assembleia Municipal deve decidir esta matéria como entender. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga solicitou a palavra, mencionou que em coerência com aquilo que a Bancada do PS defendeu, considerou que este documento tem de ser votado nesta reunião. Visto que, houve uma apreciação por parte do Executivo, a seguir houve uma decisão maioritária de submeter o documento à Assembleia Municipal, sendo que esta última tem competência para deliberar sobre o mesmo. -----

----- A Senhora Presidente da Mesa solicitou que as restantes Bancadas da Assembleia Municipal se pronunciassem sobre este assunto. -----

----- O Senhor Deputado Luís Melo declarou que a Bancada do PSD considera que há dúvidas, legítimas, em relação à forma como documento é remetido à Assembleia Municipal. Indicou que não têm a mínima dúvida, relativamente à Revisão Orçamental em si mesma, têm dúvidas sobre a legalidade deste documento. Expôs que a Bancada do PSD até votaria favoravelmente documento supracitado, contudo, a legalidade do mesmo é que gera dúvida. Propôs que o Órgão Deliberativo se pronunciasse sobre se deve ou votar a Revisão Orçamental. Declarou que caso a Assembleia delibere votar a Revisão Orçamental, irá sair da reunião enquanto durar a votação. Considerou ser um direito seu, não votar um documento que considera não se encontrar dentro dos parâmetros legais. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão observou que os pontos de vista não vão mudar. Em nome da Bancada da UMM, disse que consideram que a legalidade está cumprida. No entanto, as dúvidas da Bancada do PSD são legítimas, como tal não lhe parece que haja impedimento a que seja solicitado, por escrito e seguindo todos os trâmites devidos, um esclarecimento da redação da minuta apresentada. E a partir daí, a Assembleia teria um ponto na Ordem de Trabalhos com uma minuta aprovada, com uma redação que não fosse dúbia e que não suscitasse dúvidas. Explanou que dessa forma mantem-se a segurança, que uma determinada posição foi assumida. Questionou se, independentemente, da segurança que se tenha na validade do ato que foi levado a cabo, será que essa segurança se nivela com o risco de não estarem certos. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro solicitou a palavra, explicou que a questão que se coloca não é aprovar ou não o documento. Declarou que não ia votar contra a Revisão Orçamental. Mais acrescentou que, não se opõem a que Assembleia Municipal proceda à votação do documento, contudo ele não ia participar nessa votação, e ausentar-se-ia da sala, porque é uma questão de consciência.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Afirmou que, conscientemente não vai votar um documento sobre o qual tem dúvidas, quanto a legalidade de o mesmo ter sido submetido à Assembleia Municipal. Considerou que todas as Bancadas têm dúvidas, pois caso contrário não estariam a ter esta discussão. Ninguém nesta Assembleia Municipal tem uma posição de total segurança de que o documento em causa deva ser votado ou não. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha aludiu que o Senhor Presidente da Câmara tinha feito referência ao bom-senso e a responsabilidade política. No seu entendimento, todos têm esse bom-senso e responsabilidade política. Referiu que ao pegar na minuta de deliberação é referido: *"Tendo suscitado dúvidas acerca da obrigatoriedade da revisão orçamental ter que ser votada por parte do Executivo, foi deliberado solicitar parecer às entidades competentes."* Portanto, se a própria Câmara tem dúvidas, se não as conseguiu clarificar nesta reunião, obviamente que não ia votar o documento mencionado em epígrafe. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara indicou que nesta sessão estava presente o Senhor Vereador que deu origem a esta votação e como tal gostaria de o ouvir, embora não concorde com a argumentação que na altura proferiu, tal como já o tinha mencionado. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares pediu a palavra para recordar um episódio que se passou nesta mesma sala há cerca de oito ou nove anos. Na altura, levantou-se uma questão relativamente a um membro da Assembleia Municipal, que não tinha sido convocado atempadamente para a Assembleia Municipal. O Partido Social Democrata levantou a questão, o Partido Socialista fez finca pé que o assunto era menor, e que deviam continuar a Assembleia e assim aconteceu. O que originou que todas as deliberações tomadas naquela Assembleia fossem nulas. A seguir, com toda a boa vontade que tinham na altura, e que têm agora, resolveram o problema. Na sessão seguinte arranjaram forma jurídica de ultrapassar a questão e ninguém ficou prejudicado. Explanou que aquilo que se pretende fazer, neste momento, é precisamente a mesma situação. -----

Alertou que ainda há tempo útil para não se cair numa ilegalidade e a situação pode ser resolvida sem problema nenhum. Declarou que não há a questão das senhas de presença e de ajudas de custo, pois da sua parte, deslocar-se-á a Manteigas as vezes que forem necessárias a custo zero. Tal como já aconteceu anteriormente, vir de propósito para ter uma reunião na Câmara e voltou para o seu local de trabalho, sem receber um cêntimo. Afirmou que ninguém estava na Assembleia Municipal por dinheiro. -----

A questão premente é a Assembleia Municipal ter a certeza jurídica, a tempo de resolver, porque se caem na situação de votar nesta reunião a Revisão Orçamental e depois já não haver tempo útil para sanar a situação, o que vai acontecer é a deliberação ser nula e a Revisão não tem efeito. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Santiago*

----- O Senhor Presidente da Câmara sublinhou que em causa estava a votação de três elementos do Órgão Executivo, que votaram favoravelmente a remessa deste documento à Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Deputado Alfredo Marcelo solicitou a palavra, reforçou que há uma deliberação da Câmara, com um voto contra, de submeter à aprovação da Assembleia Municipal a Revisão n.º 1/2018. Foi feita um apreciação negativa, mas foi deliberado submeter à Assembleia Municipal. Portanto, enquanto Deputado do Órgão Deliberativo estava nesta reunião para votar o documento supracitado. -----

----- A Senhora Presidente da Mesa, no uso da palavra, disse que ia colocar à votação dos Senhores Deputados se este ponto se mantém na Ordem de Trabalhos e se é colocado à votação, ou se é retirado da Ordem de Trabalhos, a Câmara pronuncia-se novamente, e é remetido o assunto devidamente esclarecido à Assembleia. Declarou que perante tantas dúvidas demonstradas, o mais sensato era colocar à votação se o ponto se mantém ou não na Ordem de Trabalhos. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria alertou que a alteração da Ordem de Trabalho tem de ser proposta e deliberada logo no início da reunião, antes de se dar início aos trabalhos. Portanto, neste momento, o Órgão Deliberativo tem de dar cumprimento ao que está definido na Ordem de Trabalhos desta sessão. -----

----- O Senhor Deputado Luís Melo esclareceu que não é preciso retirar o ponto da Ordem de Trabalhos. Explanou que tendo-se suscitado dúvidas quanto à legalidade do documento, a Assembleia apenas tem de discutir se assume a responsabilidade política e jurídica, de votar o documento, porque são duas responsabilidades distintas. No que concerne à responsabilidade política, a Bancada do PSD estava disponível para votar favoravelmente a Revisão Orçamental, mas a responsabilidade jurídica é outra. A responsabilidade que a Assembleia tem em mãos, é de legalizar um documento que consideram ser ilegal e isso a Bancada do PSD não pode fazer. Sublinhou que a dúvida não é só dos Deputados da Assembleia Municipal, mas é de todo o Executivo. Se o documento fosse tão transparente, tão legal, o Executivo não teria colocado uma alínea na minuta, que refere, que perante dúvidas suscitadas solicita-se parecer às entidades competentes. Portanto, ao subscreverem esse parágrafo colocam em causa o documento. Declarou que se é a própria Câmara que coloca em causa a legalidade do documento, o Órgão Deliberativo tem o direito e o dever de equacionar a legalidade do mesmo. -----

----- A Senhora Vice-Presidente da Câmara solicitou a palavra, explanou que esta discussão só está a acontecer porque, efetivamente, na reunião de Câmara onde este assunto foi apreciado, infelizmente, ela encontrava-se doente numa cama de um hospital. O Executivo em funções, entendeu que não devia pedir a sua substituição, porque assim que fosse possível



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

regressaria às suas funções na Câmara. Declarou que perante esta situação, houve alguém que se aproveitou para votar contra e para fazer disto esta discussão, que resumindo e concluindo, na sua opinião, não é nada. Porque se naquele dia, a própria estivesse presente, na referida reunião, teria votado a favor da Revisão Orçamental e o Senhor Presidente da Câmara teria usado o voto de qualidade e o documento estava aprovado. -----

----- O Senhor Deputado António Miguel explanou que no seu entendimento, trata-se de uma questão de semântica da minuta. Na sua opinião, é plausível que alguém faça uma apreciação negativa de um documento e a seguir tenha uma orientação de voto completamente diferente. E é precisamente isso que está explanado nesta minuta. -----

----- O Senhor Deputado Luís Melo questionou se o documento supracitado foi votado na Câmara. -----

----- O Senhor Deputado António Miguel respondeu que o Órgão Executivo votou a sua remessa à Assembleia, de resto apenas tinha de apreciar o documento e submetê-lo à Assembleia Municipal. No que concerne à proposta da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, considerou que pelo receio de se estar a cometer, eventualmente, uma ilegalidade, a Assembleia Municipal pode cometer outra ilegalidade, porque a alteração de um ponto na Ordem de Trabalhos tem de ser aprovada por unanimidade, o que seu entendimento não existe. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro declarou que, no seu ponto de vista, a Senhora Presidente da Mesa tinha que colocar este ponto a votação e cada um assume a sua responsabilidade e tal fica registado em ata. -----

----- O Senhor Vereador José Cardoso solicitou a palavra, aludiu que apenas ia intervir porque já tinha sido mencionado indiretamente e comentado nesta discussão. Sublinhou que a última coisa que pode acontecer num regime democrático, é alguém comentar um voto após o ato de votação estar encerrado. Declarou que se sentiu particularmente ofendido, quando o Senhor Presidente da Câmara afirmou que alguém se tinha aproveitado das debilidades, tendo ficado ainda mais surpreso, por a Senhora Vice-Presidente ter embarcado no mesmo tipo de linguagem. -----

Explicou que se os Vereadores da oposição tivessem uma pré-disposição para criar entropias à governação do Município, simplesmente se juntavam e votariam contra, facto que ainda não aconteceu. Quanto ao agendamento da reunião de Câmara, o Senhor Presidente podia ter convocado a mesma para outra data, ou então convocava-se uma reunião extraordinária para discutir a Revisão Orçamental. Assim como, também, podia ter sido pedida a substituição da Senhora Vice-Presidente. No seu ponto de vista não tinham que ser avocados nesta Assembleia assuntos de natureza pessoal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*António* *J*

Lamentou que a ata não tenha sido distribuída. Recordou que há um ano atrás tinha alertado que esta Revisão Orçamental ia acontecer. Pois, na altura, chamou à atenção que não havia duzentos e cinquenta mil euros (250.000,00€) de transição de Saldo, disse que havia uma diferença superior a seiscentos mil euros (600.000,00€) na receita orçamental. Sendo que no final de Outubro, a execução orçamental de fundos comunitários, que tinha uma previsão de um milhão e cem mil euros (1.100.000,00€), tinha uma execução negativa, porque de um milhão e cem mil euros (1.100.000,00€) não aconteceu nada. Quando tinha, por exemplo, a Fábrica do Rio para arrancar, com uma candidatura aprovada no valor de quinhentos mil euros (500.000,00€). -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, no uso da palavra, afirmou que todos os Senhores Deputados são muito responsáveis. Sendo que receberam a convocatória desta reunião há oito dias. Portanto, se não concordassem, com a Ordem de Trabalhos que foi remetida, tinham a obrigação de comunicar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que discordavam de um determinado ponto da Ordem de Trabalhos e que solicitavam a sua retirada. Sublinhou que a Assembleia Municipal estando em plenas funções, não pode ser retirado nenhum ponto da Ordem de Trabalhos, e tem de se dar cumprimento ao ponto, tal como ele está escrito. Quem não quiser votar não vota, quem quiser sair da sala é livre de o fazer. Mas, a Assembleia Municipal tem de dar cumprimento ao que está escrito na Ordem de Trabalhos. -----

Aludiu que, perante tudo aquilo que já foi dito, gostaria de saber através do Executivo Municipal, a razão do voto negativo do Senhor Vereador José Cardoso. Porque, na sua opinião, o que foi referido não justifica a razão do voto contra. Explanou que esta Revisão Orçamental aproxima-se da realidade, é preciso dar uma revisão ao Orçamento, sendo este um documento previsional, e a Revisão Orçamental explana a realidade. Considerou ser importante perceber a intenção de voto do Executivo de modo a ficar devidamente elucidado. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra para prestar o esclarecimento solicitado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria. Explanou que o fundamento da intenção de voto está expresso em ata. As razões de discordância deveram-se a um determinado discurso feito pelo PS, num determinado momento. Sublinhou que aquilo que levou a esta Revisão Orçamental, é precisamente o mesmo que levou à Revisão Orçamental de setecentos e trinta mil euros (730.000,00€) em 2016 e que levou à Revisão Orçamental em 2017. -----

----- A Senhora Presidente da Mesa declarou que ia colocar à votação a **Revisão n.º 1 do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2018**. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- A Bancada do Partido Social Democrata e o Senhor Deputado da CDU, Albino Cardoso, não quiseram participar da votação, como tal ausentaram-se da sala. -----

----- A Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a **Revisão n.º 1 do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2018**, tendo sido **aprovada** com um **voto contra, oito votos a favor e uma abstenção**. No momento da votação não se encontravam presentes os Senhores Deputados Nuno Soares, o Senhor Deputado Luís Melo, a Senhora Deputada Odete Ganilha, o Senhor Deputado Eduardo Monteiro, o Senhor Deputado Joaquim Albuquerque, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira, o Senhor Segundo Secretário da Mesa (Deputado Albino Cardoso) e o Senhor Deputado Pedro Leitão para exercerem o seu direito de voto. A Senhora Presidente da Mesa manteve-se na reunião durante o período da votação, mas não participou da mesma. ----- *→ Anunciado* -----

----- O Senhor Primeiro Secretário da Mesa, no uso da palavra cumprimentou todos os presentes, apresentou uma declaração de voto, que em seguida se transcreve: -----  
*“Votei contra, porque de facto ponho em causa a legalidade da situação, não o conteúdo, como já foi dito várias vezes, porque acho que em relação a isso estamos todos de acordo, mas face à legalidade estar em causa, eu voto contra.* -----

----- A Senhora Deputada Ana Matos pediu a palavra para justificar a sua abstenção. Tendo declaro o que em seguida se reproduz: -----  
*“É realmente o parágrafo da minuta relativo às dúvidas e da obrigatoriedade de o documento ter de ser votado ou não. O solicitar pareceres, deixou aqui algo no ar, que não estamos devidamente esclarecidos. Se foi aqui colocado este parágrafo, devia ser mais esclarecido.”* -----

----- O Senhor Segundo Secretário da Mesa, pediu a palavra, sublinhou que não ia fazer uma declaração de voto, pois não participou da votação, visto que se tinha ausentado nesse momento, pelas razões que já tinha apresentado. Esclareceu que não estava em causa a aprovação ou não do documento, mas sim a forma como ele é apresentado, as dúvidas que foram suscitadas e que foram criadas pelo Executivo. Acrescentou que nunca, nesta Assembleia, votou contra um documento de gestão, pela razão simples de que quem geriu tinha toda a legitimidade para gerir e não foi essa questão que esteve em causa. Reiterou que esta intervenção não se trata de uma declaração de voto, mas apenas de um esclarecimento. -----

----- PUNTO 3.3 -----  
APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA  
----- 2019 -----

----- A Senhora Presidente da Mesa questionou se o Senhor Presidente desejaria usar da palavra para tecer alguma consideração sobre o documento mencionado em epígrafe. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*António*

----- O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra explanou que um Orçamento e Plano de Atividades de uma Câmara Municipal é feito mediante as possibilidades que uma Câmara possui, as intenções que se tem para investir no concelho, para além daquilo que é a sua gestão corrente e permanente, e a intenção de prestar cada vez melhores serviços aos cidadãos. Um Orçamento Municipal tem várias componentes como é de conhecimento de todos. É elaborado com base na receita apurada, com regras orçamentais, que têm a ver com a média dois últimos anos, que é conseguida até um determinado mês do ano. É isso que dá origem às receitas contabilizadas e previstas; à despesa no que diz respeito à parte corrente, tentando sempre reduzir a despesa corrente em relação ao ano anterior. Estas são as regras da elaboração de um orçamento, ou seja, maximizar a receita e minimizar a despesa. Sendo certo que na despesa tem de ser ter em conta a melhor qualidade de vida dos cidadãos e, também, tentar libertar algum capital para fazer investimento, que possa reproduzir tudo isso numa melhor economia do concelho. -----

O Orçamento da Câmara Municipal de Manteigas é no montante de seis milhões, novecentos e noventa e um mil, quatrocentos e setenta e oito euros (6.991.478,00€), foi elaborado dentro destas perspetivas e dentro daquilo que são as rúbricas aqui consignadas. A receita vem dos cofres do Estado, através do financiamento mensal, pouco mais de trezentos mil euros (300.000,00€), vem das licenças, taxas e tarifas, de contatos/programas, que neste momento não tem havido, e vem dos fundos comunitários. A receita poderá vir ainda de algum património que o Município possa vender, mas que não tem grande significado e expressão naquilo que é a receita. Portanto, a Câmara de Manteigas não tem autonomia financeira. O IMI é residual, o IMT ainda mais, outras taxas ou tarifas indiretas que se recebem, também não têm qualquer tipo de expressão, de maneira que o Município tem que viver com aquilo que tem, com as transferências do Estado e dos Fundos Comunitários. -----

Indicou que este não é o Orçamento que deseja para Manteigas, pois não queria ter de repetir, neste Orçamento, projetos que já estavam inscritos em 2016, que tiveram de ser inscritos em 2017, em 2018 e têm que ser inscritos em 2019. Nenhum Presidente de Câmara quer isto para o Município que preside. A Câmara conta com duas coisas: apreciação combatida, negativa, oposição, melhores propostas por ventura, mas as melhores propostas têm de ser feitas na Câmara. Sendo que foi solicitado às forças políticas, com representação na Câmara, para apresentarem propostas antecipadamente. Portanto, este Orçamento resulta do que foi apresentado na reunião de Câmara, que teve votação positiva para vir à Assembleia, resulta de algumas sugestões que foram feitas pelos Senhores Vereadores e que foram incluídas neste documento e resulta de propostas consensuais de há uns anos a esta parte. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Sublinhou que não podia esquecer que foi Vereador da oposição, juntamente com o Senhor Deputado António Fraga, no mandato anterior, e boa parte dos projetos que estão em 2019 e que já transitam de 2016 para 2017, para 2018 e agora para 2019, são projetos consensuais. Pode-se dizer: afinal é mais do mesmo! Afinal vêm projetos que já estavam no mandato anterior! Mas, a verdade é que são projetos consensuais, que não foram levados à prática no mandato anterior, pelas mesmas razões que não se conseguiram levar à prática no ano de 2018 e pelas mesmas razões que levaram à Revisão Orçamental. E são precisamente essas mesmas razões que irão obrigar a uma Revisão Orçamental da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, que será votada no próximo dia 13 de dezembro. Declarou que está expectante para ver, qual é o sentido de voto na maioria dessa Assembleia, que vai recair sobre a Revisão Orçamental. -----

Reiterou que não está satisfeito com este Orçamento, pois queria ter libertado o Orçamento da Câmara dos projetos que já vinham de trás, queria tê-los realizado em 2018 e gostava de em 2019 ter a oportunidade de começar a lançar as ideias que estão patentes no programa eleitoral. Aludiu que se pode dizer, com legitimidade, que o Orçamento não tem projetos apresentados na campanha eleitoral, mas é preciso ter em conta aquilo que suporta este tipo de atitude e este tipo de afirmações. O que suporta é, infelizmente, a ineficácia dos fundos comunitários, de tudo aquilo que é o setor financeiro para acompanhar as candidaturas que a Câmara fez. E mais ainda, se por ventura, há uma outra candidatura que já estava a provada, há trabalho que também tem de ser feito. Fez alusão a um projeto, que foi referido pelo Senhor Vereador José Cardoso, da Fábrica do Rio. Este projeto começou já há uns anos, quando foi executada a parte da construção civil e, entretanto, esteve quatro anos e não avançou. Quando o atual Executivo tomou pose, encontrou este projeto com um protocolo feito, mas tripartido. E foi preciso ser duro, foi preciso, inclusivamente, na comunicação social mandar alguns recados, para que uma das partes protocoladas se juntasse à Câmara, para se levar à prática aquilo que era o caderno de encargos e o programa de concursos. E mesmo assim, quando esses documentos chegaram à Câmara, tiveram de ser revistos, pois vinham suportados em legislação que já estava obsoleta, revogada. Posto isto, afirmou que ninguém faz milagres, nem o anterior Executivo os fez anteriormente, tanto que deixaram os projetos por fazer e tiveram que transitar para o ano de 2018, nem o atual Executivo em funções os conseguiu executar em 2018. -----

O Município tem, inclusivamente, um projeto que é marcante para o concelho, que é o Ribeiro da Vila, que gostaria que já estivesse totalmente concluído no Natal. Pois, seria extremamente atrativo ter o Ribeiro da Vila devidamente iluminado nessa época festiva. Recordou que foi um projeto que sofreu muitas críticas, também do seu próprio partido, na comunicação social e nas redes sociais. Indicou que, no seu ponto de vista, é um projeto que está muito bem feito. Já



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Antunes* *DL*

foram ensaiados alguns troços com a iluminação nova e gostaria que estivesse pronto no Natal. Mas tal não pode acontecer, porque não está assinado o contrato de financiamento. Há o conhecimento que o financiamento está garantido para a Câmara Municipal de Manteigas, mas como não está assinado o contrato de financiamento, não se pode encerrar a obra, sob pena de se perder o financiamento. Contudo, o Município já pagou cento e quarenta mil euros (140.000,00€) desta obra, assim como tem pago obras que já se executaram e que não se veem. -----

A título de exemplo, referiu o Caminho das Presas, em que o atual Executivo apanhou com uma adjudicação algo volumosa, com trabalhos a mais, e que chegou quase aos cem mil euros (100.000,00€) e não tinha nenhuma candidatura para o efeito. Explanou que há investimentos que às vezes não se veem, mas que consomem algumas verbas e algumas rubricas orçamentais. -----

Explicou que com isto queria dizer que gostaria de ter libertado o Plano de Atividades e Orçamento para 2019 de todos estes projetos, pois certamente estariam à vontade para incluir novas propostas, quer do Executivo em funções, quer dos Senhores Vereadores da oposição. Declarou que tinha a consciência plena, que é necessário olhar para a situação geopolítica do concelho de Manteigas e perceber que têm de ser conscientes e responsáveis, com maturidade política para se entenderem e levarem à prática aquilo que são os projetos que foram votados pela população, que votou maioritariamente o projeto do Partido Socialista, mas também votou em outros projetos. Por esse mesmo motivo, foi solicitado, à semelhança do ano transato, que os Senhores Vereadores apresentassem sugestões. -----

Recordou que enquanto esteve na Câmara na qualidade de Vereador da oposição, este cenário apenas aconteceu um ano, em 2005, quando estava em causa a legitimidade de governação, porque havia diferença apenas de um voto. E só nesse ano foi convidado a apresentar propostas. Desde que tomou posse neste mandato, que tem convidado os Senhores Vereadores a apresentarem propostas, precisamente, porque entende o cenário geopolítico, em Manteigas. Percebe, claramente, que tem de ir de encontro à vontade dos cidadãos de Manteigas, através dos seus representantes, quer na Câmara, quer na Assembleia. Sendo que se não foram apresentadas propostas foi porque não quiseram. Sublinhou que à Câmara cabe elaborar o Orçamento e o Plano de Atividades e submeter para aprovação da Assembleia Municipal. -----

Explanou que o Orçamento para 2019 tem repetições de projetos tais como: o Parque Botânico da Fábrica do Rio; o Plano de Eficiência Energética na iluminação pública; o Programa de Combate ao Abandono Escolar, que só agora está a arrancar; o investimento para riscos cívicos e resistência a catástrofes; o projeto "Património Natural", que aparece no Orçamento para 2019, mas que já está quase praticamente concluído, que é o Ribeiro da Vila; a requalificação das



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Escolas de Manteigas, cuja candidatura também está atrasada; o Plano de Promoção de Eficiência e Consumo de Energia Elétrica, no âmbito de toda a iluminação do concelho; o projeto Serra da Estrela Centro de Energia Viva de Montanha; a reabilitação do Bairro do Alardo, em termos de eficiência energética, com a substituição de janelas, telhados, dando maior conforto aquelas famílias; a remodelação dos edifícios das aldeias de Sameiro e Vale de Amoreira, candidatura que está praticamente aprovada, e que contemplará os edifícios tanto da escola antiga (que foi cedida em regime de comodato à Junta de Freguesia), como os edifícios de Sameiro, para que possam ser requalificados e ter funções mais adequadas, de modo a servir a população; a requalificação do Centro Cívico de Manteigas, cuja candidatura foi aprovada há poucos dias.-----

Avocou que são estes projetos que dificultam que a Câmara tome outro tipo de atitudes e impedem a inscrição de outro tipo de atividades e projetos no Orçamento da Câmara. -----

No entanto, há outra área mais imaterial, onde tem de se investir e que está plasmada no Orçamento, com mais ou menos abastecimento financeiro. Nomeadamente, no que diz respeito ao que já tinha sido discutido nas reuniões de Câmara, no sentido de se complementar aquilo que é a atividade privada. Manteigas tem, neste momento, uma implementação de projetos privados na área da hotelaria. Sublinhou que se os privados decidem implementar projetos em Manteigas, é porque fizeram os seus estudos económicos previamente. Nenhum privado inicia um hotel daquela índole, daquela grandiosidade, com aquele investimento, se não tivesse feito estudos, se não tivesse percebido que Manteigas é um território com potencial de atratividade e que está a caminhar bem, no sentido de ter cada vez mais fluxos turísticos. -----

Portanto, a Câmara tem que acompanhar toda esta atividade, com os programas que já existiam no Município. Pois, o Executivo em funções não rasga o que já existia na Câmara, antes pelo contrário, vê os projetos que já estavam aprovados, o planeamento que já estava feito, os Planos de Comunicação, os Planos Estratégicos de Eficiência Energética. Vê os Planos que estavam feitos e pagos pela Câmara e está a pô-los em prática, evitando ter que os fazer e pagar novamente.-----

Referiu que pretendem recuperar rapidamente o Plano de Pormenor das Penhas Douradas. E para o efeito, já entraram em contacto com o Centro de Alto Rendimento do Jamor, para que numa reunião possam definir a ajuda que esse Centro pode dar a esse projeto, para incluir ali valências que possam valorizar o Plano de Pormenor e possam atrair investidores. -----

Fez alusão que está previsto, no Orçamento, iniciar o processo das ARU's de Vale de Amoreira e de Sameiro; uma UOPG para o Skiparque. Recordou que houve um Senhor Deputado da UMM que teceu algumas críticas ao Skiparque. Concordou que esse espaço pode ter outras funções, pode ser melhorado, pode ter mais atratividade. Relativamente à Grande Praça Central



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Francisco R*

da Vila, deu conhecimento que neste momento o Município está a avançar junto da filial da Ordem dos Arquitetos, com quem já têm algum trabalho desenvolvido, no sentido de se elaborarem os Cadernos de Encargos e Programas de Concursos, trabalho que já tinha sido iniciado, mas que estava parado, como tal foi reativado. Fez votos que rapidamente haja lugar a um concurso de projetos, apresentação de ideias, para os classificarem e verem aquilo que vai ser a Grande Praça Central da Vila. -----

Em termos da complementaridade à atividade privada, que já tinha avocado, mantém-se o Festival de Outono, tendo sido melhorado; a Expo-Estrela; a Feira Antiga, sendo que se pretende arrumar de uma vez por todas a Feira Moura, porque Manteigas não tem tradição Moura, por isso deseja-se recuperar a Feira Antiga, baseada nas tradições de Manteigas. Informou que, neste momento, há manuais escritos, que todos já leram para tirarem ideias. Explanou que estão a juntar maça crítica para alguns projetos, inclusivamente, há uns dias desafiou o Senhor Deputado Eduardo Monteiro, para que no próximo ano nos ajude, de modo a que o concelho possa ter uma animação mais condigna na Páscoa, no Natal e no Fim de Ano. O Município está a pensar ter no Fim de Ano de 2019, em complemento com as atividades hoteleiras, uma atividade Municipal que possa fixar pessoas e evitar que elas vão para fora gastar o dinheiro que, por ventura, pode ficar no concelho. -----

O Senhor Presidente da Câmara considerou que quem se candidata a uma Câmara tem projetos, ideias, tem de ter dinâmica acima de tudo. Porque às vezes pensamos que podemos desenvolver determinado projeto, mas depois até mudamos de opinião e, se calhar, fazemos outro melhor. O que é preciso é ter dinâmica e não parar. E isso que querem continuar a ter. Recordou que são apenas dois membros do Executivo, que estão em funções a tempo inteiro, contudo contava nas reuniões de Câmara com a acutilância dos Senhores Vereadores da oposição, com a chamada de atenção, mas acima de tudo contava com as opiniões, com os projetos que possam trazer, também, para complementar e para compor os Planos de Atividades e Orçamentos. -----

O Orçamento e Plano de Atividades têm um conjunto de projetos e de ideias, que embora tenha repetição de há uns anos a esta parte, mas é o que a Câmara pode apresentar e não os documentos que desejaria apresentar. Sublinhou que não é por não haver vontade, deste e do anterior Executivo, de levar os projetos à prática, mas é porque ainda não houve a capacidade financeira de os resolver. Disse que estava disponível para responder a qualquer questão que a Assembleia pretenda colocar, sendo que também estava presente nesta sessão a Senhora Dra. Elisabete Dias, que poderá prestar esclarecimentos de ordem técnica, relativamente ao enquadramento e abastecimento de algumas rúbricas. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Deixou o pedido para que todos sejam amigos de Manteigas. Não é fácil defender este Orçamento, mas não é difícil serem todos responsáveis. -----

----- A Senhora Presidente da Mesa aceitou as inscrições dos Senhores Deputados que manifestaram a intenção de intervir sobre esta matéria. Verificando a intenção do Senhor Deputado Eduardo Monteiro em intervir, concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro indicou que pretendia levantar três questões relativamente aos documentos supracitados. Relativamente ao evento de Passagem de Ano, é referido na página 5, que para o ano de 2020 se irá fazer uma celebração de Fim de Ano. No entanto, na Agenda de 2019 não aparece esse evento Fim do Ano, o último evento da Agenda de 2019 são as Atividades de Natal, que decorrem de 16 a 20 de dezembro. Questionou sobre se é um lapso ou se a Agenda não foi complementada. -----

A segunda questão prende-se com a página 7, em Educação, Qualificação e Conhecimento – Escola de Hotelaria, é referido: *“iniciaremos a requalificação do espaço físico, que se encontra com graves problemas de manutenção.”* Disse ser verdade, que as instalações da Escola de Hotelaria são miseráveis. Questionou se há alguma candidatura para a Escola de Hotelaria, e como é que se vai proceder a essa requalificação. -----

A terceira questão é relativa ao Pavilhão Municipal, que está contemplado no Orçamento para 2019, tendo feito alusão que o Senhor Presidente referiu na sua explanação que a candidatura já estava aprovada. Interpelou de que altura é esta candidatura e em que percentagem a mesma é comparticipada e por quem. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, no uso da palavra, referiu que pela primeira vez ia utilizar um bocadinho aquilo que lhe advém com o Presidente da Junta de Freguesia e em nome das pessoas que votaram em si. -----

Como estamos na véspera de uma festa humanista, universal e transversal, que é o Natal, disse que tinha optado por fazer uma série de perguntas/queixas ao Senhor Presidente da Câmara. Sendo que a sua apreciação é mais qualitativa do que quantitativa. Disse estar “zangado” com o Senhor Presidente, porque agora lembrou-se de plantar árvores autóctones, quando o anterior Executivo mandou um ofício à Junta de Freguesia de Sameiro, para arrancar essas árvores. Disse estar “zangado” com o Senhor Presidente, por se preocupar com o arranjo das Escolas, sendo que até já tinha saudades do anterior Executivo, que mandou vender a Escola da sua terra, tendo arrecadado setenta e dois mil euros (72.000,00€), que ninguém sabe o que lhe fez. Sublinhou que este ano até nasceram quatro crianças em Sameiro, o que já não acontecia há mais de uma década. -----

Prosseguiu referindo que também está “zangado” com o Senhor Presidente da Câmara, porque teve a bela iniciativa de colocar ginástica para as pessoas idosas de Sameiro, num espaço que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*António*

no passado só se destinava à realização de festas. As pessoas agora saem desse espaço alegres, elegantes, enquanto, que o anterior Executivo achava que não devia de promover sorrisos, nem qualidade de vida, nem bem-estar. Indicou que está “zangado” com o Senhor Presidente da Câmara pela conservação e preservação do património. Inclusivamente, aproveitou também as ideias expostas na última Assembleia Municipal, em Vale de Amoreira, e incluiu-as nestes documentos. Aludiu que está “zangado” com o Senhor Presidente pela honestidade em afirmar que as receitas são menores e as despesas fixas são maiores, devendo o Executivo orientar-se por uma gestão rigorosa. Pois a sua sensibilidade irá obrigar os quatro Presidentes de Junta do concelho, a assumir a mesma atitude e postura para com os seus eleitores. Isto porque, a realidade é transversal aos territórios, tanto à Câmara Municipal como às quatro Juntas de Freguesias. Explanou que também está “zangado” com o Senhor Presidente, que se lembrou de dar execução aos Orçamentos Participativos, que estiveram tanto tempo parados. E agora lembrou-se de requalificar a Praça da Vila. -----

Também está “zangado” com o Senhor Presidente, porque dois membros do Executivo conseguem fazer o mesmo, que se fazia antigamente com três. -----

Por último, declarou que enquanto Presidente da Junta de Freguesia, que representa o povo de Sameiro, até ao final do mandato, apoia o Orçamento e o Plano de Atividades para 2019. Isto porque os nossos atuais sete trabalhadores, ou nove no próximo ano, não poderão sobreviver sem as transferências regulares, enviadas mensalmente pelo Município para a Junta de Freguesia. Sublinhou que a sua aprovação baseia-se numa atitude de bom-senso e pragmatismo, pois todos os dias, como Autarcas que são, ao serviço da Comunidade, têm que enfrentar e resolver problemas, encontrar soluções para o bem-estar e qualidade de vida dos fregueses. Recordou que foi prendado no seu mandato, na primeira vez na história da Freguesia de Sameiro, com o corte de água no chafariz e nos jardins e como tal, terão de pagar mil e quinhentos euros (1.500,00€). Esclareceu que não foi o atual Presidente de Câmara que teve essa triste iniciativa, mas a Junta de Freguesia de Sameiro terá de que pagar esse valor de água. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga solicitou a palavra, anuiu que também gostava de estar a discutir pelo menos o dobro dos valores relativos ao Orçamento para 2019. O Orçamento do Município tem seis milhões, novecentos noventa e um mil, quatrocentos e setenta e oito euros (6.991.478,00€), sendo que todos gostariam que tivesse mais verbas, mas é complicado “fazer-se uma omelete sem ovos”. A verdade é que a despesa fixa é o que é, há verbas que estão completamente comprometidas. As Câmaras têm vido ao longo dos anos a terem cada vez mais competências, sem muitas vezes terem contrapartidas financeiras. A manutenção e o aumento de novas responsabilidades exigem sempre acréscimos. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Avocou que é de conhecimento, e já foi dito nesta reunião, que o arrecadar da receita, num concelho pequeno como Manteigas, depende fundamentalmente, de transferências do Estado, quer sejam da CCDR, ou da CIM, ou do Turismo de Portugal, sem isso, não há quem faça milagres. Alertou que há uma série de projetos que foram transversais, não vale a pena o PS dizer que eram mais nosso, ou PSD que avocar que eram mais deles, porque a verdade é que foram aprovados na Câmara, por unanimidade. Projetos esses que alguns são de 2016, outros de 2017 e que continuam sem estarem concluídos e a explicação está dada. Sendo que os mesmos também não podem ser encarados de qualquer maneira, sob pena de se perder a verba que lhes está alocada. -----

Portanto, há projetos não realizados em 2018, que sendo transversais, espera que venham a ter a respetiva contrapartida financeira em 2019, porque poderá melhorar a qualidade de vida dos Manteiguenses. Sublinhou que há uma questão que importa referir, Manteigas está a crescer do ponto de vista turístico, quer em número de turistas, quer em unidades hoteleiras. Concordou com o Senhor Presidente da Câmara, quando referiu que determinadas unidades hoteleiras não iam fazer um investimento de dimensão considerável, sem terem feito previamente um estudo económico. -----

No seu ponto de vista, o concelho está ativo e é nesse sentido que a Bancada do PS vai votar favoravelmente o Plano de Atividades e Orçamento para 2019. Tal como foi mencionado pelo Senhor Presidente da Câmara, todos pretendiam mais, mas a verdade é que esse voto, é um voto responsável, no sentido de não criar uma má imagem, ser coerente com o que tem sido a atitude ao longo dos anos e não criar prejuízos ao concelho de Manteigas, que podem vir a sérios. Considerou que todos gostam de Manteigas, podem ter divergências de opinião, mas neste momento, esta aprovação foca nesse sentido, não criar prejuízos. Considerou que inscrever novos projetos no Plano de Atividades e Orçamento para 2019, sem ter o respetivo financiamento garantido, seria até de alguma leviandade. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha solicitou a palavra, referiu que na página 4, no primeiro parágrafo, *Administração Geral*, refere que no mapa de pessoal estão previstos cinco postos de trabalho. No entanto, no Mapa de Pessoal para o ano de 2019 constam seis postos de trabalho. Questionou o Senhor Presidente, com exatidão qual é o número de postos de trabalhos a criar em 2019, serão cinco ou seis? -----

Na página 6, relativamente à educação, disse ter ficado agradada quando, na teoria, afirmam continuar a defender o sistema educativo, universal, gratuito, inclusivo e de qualidade. Principalmente, quando feita menção à colaboração com a comunidade, mobilizando os recursos locais para o sucesso educativo. No entanto, quando se chega à prática, aos números, verificou que estão orçamentados menos dezanove mil e quinhentos euros (19.500,00€). Explanou que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*António* *J*

não é os aproximadamente vinte mil euros (20.000,00€) que lhe desperta a atenção, mas é saber que no ano de 2018, pouco ou nada se reparou a nível de escolas. Ou, como disse o Senhor Presidente, há obras que não se veem, sendo que efetivamente ela não viu essas obras nas escolas. -----

Avocou que o Infantário Favo de Mel, não é da responsabilidade do Município, pois não é uma escola municipal. No entanto, o Infantário Favo de Mel decidiu no ano passado, levar os seus utentes, as crianças, uma vez por mês à piscina Municipal da Guarda. Para o efeito, solicitou o transporte à Câmara Municipal. Atendendo ao exposto no Regulamento de viaturas Municipais, esse infantário não se tratando de uma escola Municipal não tem direito à isenção do pagamento das referidas taxas, como tal é cobrado cerca de noventa euros (90,00€) pelo transporte mensal. Deu conhecimento que esse valor foi suportado pela Junta de Freguesia de Santa Maria e pela Junta de Freguesia de São Pedro. Face ao exposto, sugeriu que se alargue essa medida ao jardim de infância. É uma lacuna que existe no concelho, pois não temos piscina, sendo que traz benefícios à saúde das crianças. -----

Remeteu para a página 7 do documento mencionado em epígrafe, no que diz respeito ao Ensino Superior. Solicitou esclarecimentos sobre a seguinte frase: *“Articular com os estabelecimentos de ensino superior localizados na Guarda (IPG) e na Covilhã (UBI), a definição e estruturas curriculares para cursos com intervenção positiva no de Manteigas, com a possibilidade de atribuição de bolsas de estudo”*. Disse que fez pesquisa sobre os cursos com intervenção positiva e não encontrou nenhuma referência, como tal gostaria de saber mais em concreto a que se destina esta medida. -----

Deu os parabéns pela Feira Antiga de Manteigas ter um novo mote *“Nos Trilhos do Pastor”*, tendo-o considerado mais adequado. Fez alusão que, o Senhor Presidente na sua explanação tinha referido que este não é o Orçamento que pretendia, mas é o possível, que vem de uma gestão rigorosa, acompanhada de um planeamento exigente. No entanto, chamou à atenção que na página 28, *Remunerações Certas e Permanentes*, ou seja, em remunerações com pessoal, para 2019 está previsto o valor de oitocentos mil euros (800.000,00€). Explanou que para se calcular o subsídio de natal e o subsídio de férias, é necessário saber qual é o custo anual, dividir por doze e obtém-se uma média do custo mensal. Para se saber, por alto, o valor do subsídio de natal e de férias, esse custo mensal é multiplicado por dois. Tendo feito as contas, verificou que o valor de oitocentos mil euros (800.000,00€) a dividir por doze meses dá um valor mensal de sessenta e seis mil, seiscentos sessenta e sete euros (66.667,00€), que multiplicado por dois meses daria um valor de cento e trinta e três mil, trezentos e trinta e quatro euros (133.334,00€). Ao consultar o Orçamento constatou que na rubrica de subsídio de férias e de natal está previsto o valor de oitenta e cinco mil euros (85.000,00€). Aludiu que desconhecia se



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

foi um lapso ou se há alguma explicação para esse valor, contudo fazendo as contas, o valor não está correto. -----

Indicou que na entrevista começa-se por ressaltar as principais preocupações deste Executivo, sendo uma delas a preocupação com o controle da despesa. Após ter lido os documentos supracitados e de ter realizado contas, concluiu que as rubricas “Outros”, que são rubricas residuais, têm valores muito elevados. No seu ponto de vista, este facto concorre para a falta de transparência e de equidade, porque 30% deste Orçamento são despesas em rubricas como “Outros”; “Outros bens”; “Outros Investimentos”, “Outros Trabalhos”, “Outros Serviços”. Aludiu que, tal como foi referido pelo Senhor Deputado António Fraga, um concelho aposta no crescimento, no entanto o Orçamento contempla menos de quarenta mil euros (40.000,00€) em publicidade. Num concelho em crescimento, onde o Executivo em 2019 se propõe a promover o concelho enquanto destino turístico, declarou que se o conseguir executar com sucesso, tendo apenas, aproximadamente vinte e nove mil euros (29.000,00€) para o efeito, terá todo o gosto em lhes dar os parabéns.-----

Referiu que na rubrica iluminação pública há um aumento bastante significativo, questionou se este valor é relativo a alguma candidatura, pois trata-se de um montante de mais de cento e oitenta e cinco mil euros (185.000,00€). Aludiu que se fala em controlo de despesas, pois o Município está numa situação estável, mas não muito favorável. Como tal, questionou como é que, em 2019, se prevê gastar em horas extraordinárias trinta e um mil euros (31.000,00€), mais onze mil euros (11.000,00€) do que no ano transato. Indicou que este é quase o mesmo valor que se despende no recrutamento dos novos postos de trabalho que vão ser criados. Interpelou se são necessárias tantas horas extraordinárias e se não seria mais favorável ao Município contratar mais recursos humanos, em vez de pagar tantas horas extraordinárias. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares, no uso da palavra, indicou que ia fazer uma apreciação meramente política. Referiu que nesta reunião já tinha sido avocado a responsabilidade, em jeito de pré-anúncio deste Orçamento. Como se nesta sala houvesse alguém irresponsável. Já ouviu nesta reunião que não devem ser revanchistas, como se discordar e votar contra fosse revanchismo, quando todos têm o direito de expressar a sua opinião livremente. Indicou que já ouviu nesta sala, em outras reuniões do Órgão Deliberativo, os mesmos argumentos serem utilizados para se votar contra e para se votar a favor de um Orçamento. Sublinhou que já esteve na Assembleia Municipal, na qualidade de Deputado do partido mais votado e como oposição, portanto conhece perfeitamente as duas situações. O povo dita qual é a cadeira onde se senta. -----

Recordou que já ouviu nesta sala, que há obras que não se devem colocar no Plano, porque não há dinheiro para elas. Assim como, também, já ouviu que não interessa se as obras se vão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Activo*

executar, o que interessa é que estejam no Plano de Atividades. Já ouviu aqui dizer que não há quadro comunitário, mas a culpa é do Executivo que não trabalha. Já ouviu dizer, que não há Quadro Comunitário por isso não conseguem executar os projetos. Já ouviu, e quem estiver aqui no próximo ano haverá de julgar essa situação, que as receitas podem ser emolpadas. Mas, a verdade é que depois disso origina a necessidade de realizar Revisões Orçamentais. -----

Recordou que no ano transato chamaram à atenção que o Orçamento tinha pelo menos seiscentos mil euros (600.000,00€) a mais, do que aquilo que deveria ter, pois tratava-se de receita que não era exequível. Como tal, tornou-se inevitável aprovar uma Revisão ao Orçamento. Este ano, depois do alerta, nada foi feito e vamos voltar à mesma situação. Há execução negativa do Quadro Comunitário, fez votos que até ao fim do ano ainda possa ser corrigida essa situação e acredita que possa ser perfeitamente ultrapassada. Mas, se isso não acontecer, ninguém vai ter gosto de apreciar ou aprovar Contas com execuções negativas. Pois ninguém o faz de consciência tranquila, porque todos são responsáveis. -----

A execução parte do Orçamento e um Orçamento com todas as dificuldades que tem, é previsional e tem-se conhecimento que há coisas que não dependem do Executivo, contudo não depende do Executivo agora, como não dependia do Executivo há quatro anos, há oito anos, há doze anos, ou seja, não depende de nenhum Executivo. Há situações que o Executivo não consegue ultrapassar, porque não estão nas suas mãos resolver. Alertou que não se pode é depois achar, quando se assumem determinadas posições e passados uns anos alguém nos diz: *“que em determinada situação, como a que tens neste momento, tiveste esta atitude”*, não se pode dizer que se está a ser revanchista, que se está a vingar. -----

Referiu que a apreciação política que tem de se fazer, neste momento, é perceber as diferenças em relação ao ano anterior. O que é que temos de novo neste Orçamento? Disse não ter dúvidas que há projetos comuns, que foram aprovados por unanimidade e que as forças políticas do concelho têm alguma consistência em considera-los unânimes. Aliás, já foi referido por diversas vezes, que se calhar, são mais os projetos que os unem do que aqueles que os separam. Declarou que não tinha dificuldade em admitir isso, contudo o facto de concordarem nos projetos macro, não os obriga a ser unânimes. -----

Interpelou se votar contra é ser irresponsável? Indicou que sem querer desfazer consensos, tem de ser ter consciência que este Orçamento é uma cópia do Orçamento do ano passado, que já era uma cópia do Orçamento de há dois anos. Possui uns pormenores diferentes, com uma roupagem diferente, com uma data diferente, mas o essencial é exatamente o mesmo. -----

Concluiu a sua explanação deixando a seguinte pergunta: *“Foi isto que Manteigas quis fazer em setembro do ano passado quando votou?”* -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Deputado António Miguel solicitou a palavra, anuiu que facto, no anterior mandato, foram feitas apreciações sobre os documentos que lhes eram apresentados. Concordou que não é preciso haver unanimismo, contudo há algo que nunca poderá ser apontado ao Partido Socialista, que é ter tido a posição irresponsável de chumbar um Orçamento à Câmara Municipal. Eventualmente, pode-se pensar de outra maneira e são livres de o fazer, contudo não se pode esquecer as contingências. -----

Recordou que, no anterior mandato existia uma maioria qualificada no Executivo Municipal (três elementos do PSD, dois elementos do PS), onde nunca o PS foi chamado para fazer parte da solução, nunca foi dito numa reunião de Câmara: *“tragam as vossas propostas, vocês também foram eleitos.”* Sublinhou que isso nunca aconteceu no anterior mandato, sabendo de antemão que não tinham maioria na Assembleia Municipal. -----

No que concerne à questão mencionada pelo Senhor Deputado Nuno Soares, relativamente aos comentários tecidos pelo Partido Socialista no anterior mandato, pode tê-los feito porque nunca foi chamado para fazer parte da solução. No seu ponto de vista, se o documento tem de ser elaborado e apreciado pelo Executivo Municipal, todos devem participar, como tal o Partido Socialista podia ter sido chamado a apresentar propostas. Na sua opinião, embora o PSD tivesse maioria no Executivo, devia haver humildade, porque não tinha a maioria na Assembleia Municipal. Portanto, na altura em que estava a ser elaborado o documento, deviam ter sido incluídas propostas do PS, e não foram. Ainda assim, os Planos de Atividades e Orçamentos e Revisões Orçamentais vieram a Assembleia Municipal e passaram sempre. -----

Sublinhou que este é o cerne da questão, o Partido Socialista permitiu sempre, de uma forma responsável, a aprovação desses documentos. Afirmou que faria toda a questão que o seu partido votasse contra o Orçamento, se lhe dissessem que os próximos vinte anos da população de Manteigas estão hipotecados, ou que o Executivo pretende contrair um empréstimo megalómano que não vai trazer retorno à população. Mas não é disso que se trata este Orçamento. Interpelou como é que se pode considerar, que um documento era bom no passado, e por isso votaram-no favoravelmente, agora, devido às contingências, como ele é muito idêntico ao que foi no passado, já não gostam do documento. -----

Como é que alguém que faz um Orçamento, como o de 2016, que por contingências várias não foi cumprido, levando a uma Revisão Orçamental, passa para o ano seguinte, e é muito idêntico ao Orçamento que agora é apresentado para 2019, contudo consideram que já não serve. Considerou que não é uma forma séria de debater as coisas. No seu entendimento, um Orçamento que foi aprovado pelo PSD, se já era bom na altura, se não está concluído, o mesmo deve ser terminado. Referiu que já tinha sido mencionado nesta reunião, que a grande maioria dos projetos são consensuais, transversais, como tal, questionou porque é que os mesmos têm



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Santiago*

de ser rasgados? Porque é que depois de umas eleições, em que o Executivo Municipal nem sequer tem maioria, devia de rasgar tudo e dizer que ia colocar em prática o seu programa eleitoral? Considerou que essa não seria a atitude correta. -----

Recordou que numa reunião de Câmara, onde esteve presente, ouviu o Presidente da Câmara a solicitar aos Senhores Vereadores que apresentassem propostas para o Orçamento. Frisou que as Grandes Opções do Plano são da responsabilidade do Executivo Municipal, é sua competência elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal. Tal como foi mencionado pelo Senhor Presidente da Câmara, que tendo o conhecimento que não tem a maioria no Executivo, solicitou a apresentação de propostas, por considerar que eleitorado do PSD e da UMM, quando votou e quando viu os seus representantes com assento no Executivo Municipal, pressupõem que as propostas nas quais votaram serão colocadas em prática. -----

Na sua opinião, quando se é chamado para fazer parte da solução, e não se aceita, também não se pode ser causador do problema, no mínimo abstém-se e respeitar aquilo que é apresentado pelos outros. Disse não entender como é que alguém, é chamado a apresentar propostas, não aceita fazê-las e depois vota contra o documento que é apresentado. Concluiu que o mais importante é que o Orçamento para 2019 seja aprovado e no futuro a postura dos intervenientes seja outra, pois é isso que o eleitorado dos partidos pretende. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão pediu a palavra, disse que pretendia fazer um reparo. Quando se debruçou, a primeira vez, para ler o documento que foi apresentado, pareceu-lhe parecido. Foi com surpresa, que constatou que a introdução é muito parecida às disposições que estão presentes no site da Câmara Municipal de Tavira, relativamente ao próprio Orçamento Municipal. Indicou que desconhecia, se é pratica comum pegar em trechos, adaptá-los minimamente e coloca-los no novo Orçamento. Referiu que ao prosseguir com a leitura do documento, verificou que na página 10, no parágrafo que refere que culturalmente se deseja promover atividades de animação e divulgação cultural, também a Biblioteca de Ponte de Sor pretendia fazer o mesmo. -----

Independentemente dessas considerações, que no seu ponto de vista, revelam ou não a seriedade com que se leva a cabo a redação de um Orçamento Municipal, disse que gostava de secundar o que já foi referido, relativamente aos investimentos hoteleiros que estão ser levados a cabo em Manteigas, que ninguém faz um grande investimento sem primeiro ter um estudo. Questionou se essa afirmação não pode ser transposta para a realidade Municipal e das finanças públicas das Autarquias. Isto porque aquilo a que se tem vindo a assistir, é o constante investimento público no Município de Manteigas, sem que fossem apresentados, concretamente, estudos de viabilidade, sem que o futuro de Manteigas, e muito mais do que o passado, fosse assegurado. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Declarou que muito mais do que pregar outro prego na tábua, que já está completamente fustigada, era deixar a tábua para trás e olhar para a frente, com visão de futuro, estudando as possibilidades. Segundo o que tem conhecimento, o Executivo Municipal não apresentou estudos de viabilidade, relativamente a vários investimentos que se pretendem fazer. -----

No que concerne ao Orçamento que é apresentado, considerou ser mais do mesmo. Disse que também reparou que está ausente metade dos valores relativos aos subsídios de férias e de natal. Aludiu que, embora louvasse a medida, mas gostaria de saber porque é que no caso dos Bombeiros, se prevê um aumento para o dobro da verba. Nas Grandes Opções do Plano na rubrica *Proteção Civil e luta contra incêndios*, na página 37 do documento, a verba prevista é de cinquenta e quatro mil euros (54.000,00€), no ano passado era mais baixa, era de vinte e nove mil euros (29.000,00€). Questionou se há alguma razão específica para isso, embora reiterou que louvava que assim seja. -----

Relativamente à educação e à formação, esses são os alicerces fundamentais para o futuro das pessoas e do país. No entanto, apenas cerca de 5% do esforço financeiro do Município está alocado à educação, à qualificação e ao conhecimento. Recordou que em 2018 foi aprovada a verba de duzentos e vinte e três mil euros (223.000,00€) para cobrir 25% do investimento global, para a requalificação das escolas, sendo que o projeto é de 2016. Atualmente, a previsão desta verba passa para cento e oitenta e cinco mil euros (185.000,00€), relativos a 15% de participação autárquica, num montante de investimento global de um milhão, duzentos e trinta e três mil euros (1.233.000,00€). Interpelou se isto prende-se com o facto de a candidatura à requalificação da Escola de Hotelaria não ter sido aceite. Indicou que gostaria de saber porque é que se prevê uma rubrica de cento e cinquenta e um mil euros (151.000,00€) para o combate ao abandono escolar. Interpelou qual é a taxa de abandono escolar em Manteigas, que justifique que 40% do orçamento de educação seja alocado ao combate do abandono escolar. Realçou que se não fosse o aumento de cem mil euros (100.000,00€), relativa à verba do abandono escolar, o Orçamento previsto para a educação teria diminuído. -----

No que diz respeito à ação social, louvam-se as obras de reabilitação que se preveem fazer no Bairro do Alardo, mas ao mesmo tempo chamou à atenção, que se não fosse a perspetiva de investimento, nestas obras de requalificação, o Orçamento para a ação social ficava nos cento e quarenta e três mil euros (143.000,00€). Ou seja, reduziria em relação aquilo que estava previsto no ano passado. -----

Explanou que, honestamente louvava que se preveja gastar mais em cultura. Mas, ao mesmo tempo não pode minimamente concordar que essa verba seja utilizada nos moldes a que se propõe o Município, na exposição prévia ao Orçamento. No seu ponto de vista, se queremos criar cultura concreta, não nos devemos cingir a eventos, à Expo-Estrela, a Feiras e a Festivais.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*António* *D*

O concurso de Fotografia é um bom concurso, que nos tem presenteado com obras bastante bonitas. O concurso literário Dr. João Isabel, igualmente. Mas, de resto, em termos de criação cultural que traga algo para a vila de Manteigas e que sustente efetivamente a afirmação de uma unidade cultural no nosso Município, que se diga não é assim tão grande, tirando aquilo que nos relaciona com a agricultura, com a pastorícia, tirando isso, nada lhe parece que possa haver criação cultural. -----

Em suma, concluiu que o Orçamento não revela este ano, tal como não revelou o ano passado, um compromisso sério, de pensar Manteigas no futuro. Revela que continuamos a estar presos às marcas do passado. Aliás a própria discussão levantada nesta reunião, revela que estamos presos a marcas do passado, às quais a UMM não está e não tem de se sentir preso. Afirmou que temos de pensar Manteigas para o futuro. Este Orçamento e estas Opções do Plano falham em fazê-lo. Disse que, embora seja muito bom saber que, atualmente, já estamos em fase de aprovação dos projetos para a Praça Central da Vila, ainda assim não dá alento, se pensarmos que a Praça está neste estado há cerca de dez anos. Não dá alento saber que estamos a trabalhar com a Ordem dos Arquitetos, para ter o projeto aprovado, porque depois do projeto aprovado passa-se à execução da obra, depois da obra estar concluída veem-se os defeitos e tudo isto leva imenso tempo. Entretanto, os Municípes continuam a ter acesso ao degredo que se vê. Por último, reafirmou que considera que é intenção de todos, pensar o futuro de Manteigas, olhar para a frente e parar de olhar para trás. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares solicitou a palavra para colocar duas questões. A primeira questão prende-se com a intervenção do Senhor Deputado António Miguel, que referiu algo que lhe suscitou dúvida. Explanou que pela leitura das atas e por aquilo que tinha conhecimento, não tinha entendido que aos Senhores Vereadores da oposição, tinham sido solicitadas sugestões de novas propostas para o Orçamento. Disse que percebeu que lhes foi apresentado um *draft*, para cortarem oitocentos mil euros (800.000,00€) à despesa que estava inicialmente prevista. Pediu que o corrigissem se estivesse enganado. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para esclarecer o Senhor Deputado Nuno Soares, que esse pedido de apresentação de propostas foi realizado aos Senhores Vereadores. Sendo que fazia questão de lhe enviar a gravação da reunião onde isso foi referido.

----- O Senhor Deputado Nuno Soares respondeu que acredita naquilo que o Senhor Presidente lhe responder e que não necessita que lhe mande as gravações. Prosseguiu referindo que a outra questão, também vinha na sequência do que foi proferido pelo Senhor Deputado António Miguel. Questionou se o Orçamento de 2016 era tão bom, porque é que foi criticado na altura e porque é que Manteigas, mantendo três pessoas num Executivo de cinco elementos, não lhes dá orientação política completamente diferente ao concelho. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro pediu a palavra, referiu que em relação à página 10, apenas pretendia fazer uma sugestão. Propôs que para além da promoção da edição do guia geobotânico, quem tem muito valor, há um outro guia, que está muito esquecido e cuja edição está esgotada, que é o guia geomorfológico da Serra da Estrela.

----- O Senhor Presidente da Câmara clarificou que essa edição é do parque Natural da Serra da Estrela. No que concerne as questões suscitadas sobre Orçamento, indicou que relativamente ao Pavilhão, a candidatura foi feita há cerca de quatro meses, aponta para um financiamento na ordem dos 60%, tendo o Município recebido há poucos dias a garantia de que está aprovada. Confirmou que o evento de Fim de Ano de 2019 está mencionado na parte escrita do Plano de Atividades. Fez alusão que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro referiu que estava muito “zangado” com o Senhor Presidente da Câmara. Fez votos que assim continuasse. -----

No que diz respeito à questão suscitada pela Senhora Deputada Odete Ganilha, no que diz respeito ao Mapa de Pessoal, disse que ia averiguar porque houve uma página desse documento que teve de ser substituída, uma vez que tinha um erro. A mesma foi substituída e pode ter acontecido que não a tenham substituído no resto do documento. Esclareceu que serão seis os postos de trabalho a criar em 2019. Referiu que a Senhora Deputada Odete Ganilha fez alusão à citação de que o Executivo pretende continuar a defender o Sistema Educativo, no entanto há menos dezanove mil euros no orçamento para esse fim. Declarou que fazer a análise das verbas que estão patentes no Orçamento para 2019, com as verbas que estavam inscritas no Orçamento do ano transato, leva a um engano, porque o Orçamento foi sofrendo alterações orçamentais e as rubricas no final, não são iguais ao que eram no início do ano. -----

Alegou que tenta sempre fazer o mínimo de alterações orçamentais, para não desvirtuar o Orçamento. Isto porque, quando se tira de uma rubrica orçamental para transferir para outra rubrica, fica-se sem a possibilidade de fazer seja o que for com a rubrica que se deixou a zero. As disparidades têm a ver com as alterações orçamentais que vão sendo feitas ao longo do ano. Explicou que relativamente ao investimento no combate ao insucesso escolar, verifica-se uma verba significativa, mas porque isso foi imposto ao Município de Manteigas. Inicialmente, o projeto tinha consignado uma verba de duzentos e cinquenta mil euros (250.000,00€), sendo que o Município conseguiu retirar cem mil euros (100.000,00€) para alocar a outros projetos. Ainda assim, a Câmara é obrigada a continuar com o montante de cento e cinquenta mil euros (150.000,00€), porque é um projeto transversal à Comunidade Intermunicipal. São verbas que estão alocadas a este projeto e tem que ser a Câmara Municipal a desenvolvê-lo, pois caso contrário perde todo o financiamento. Aludiu que, certamente haverá insucesso escolar, e o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Plantas*

mesmo deve estar medido pelo Agrupamento de Escolas, pois caso contrário a Câmara quando aceitou este projeto, teria aderido a outro tipo de medidas. -----

Deu conhecimento que as medidas que estão previstas no projeto são várias, desde a construção de uma sala sensorial, à constituição de equipas multidisciplinares. O projeto é diverso. Sendo que nesta data, houve uma reunião com um técnico da CIM, na Câmara, para debaterem a forma de colocar o projeto no terreno, ainda no mês de dezembro, para que no início do próximo ano haja resultados práticos. Informou que o projeto só tem sete meses para se desenvolver. -----

No que concerne ao Infantário Favo de Mel, é uma associação privada, e o Regulamento do Município de Manteigas refere que os privados têm que pagar transporte. Considerou não ser correto isentar as entidades privados. Deu nota que, no dia anterior a esta reunião, tinham falado consigo sobre esse assunto, porque o Município está a remeter as faturas e a exigir o pagamento. Declarou que como Presidente da Câmara não pode agir de outra forma. -----

Relativamente ao Ensino Superior, pretende-se que a UBI e o IPG venham ao território, para identificarem unidades curriculares, com vista à constituição de cursos com aplicação no nosso território. Já fizeram isso em outros territórios e conseguiram. Explicou que não se vai trazer uma faculdade para Manteigas, mas pretende-se que essas instituições deem alguma relevância aquilo que pode vir a ser feito em Manteigas, na identificação de áreas profissionais. A título de exemplo, referiu a área do termalismo, a área hoteleira específica de Manteigas. O objetivo é a criação de unidades curriculares para que possam desenvolver os cursos na UBI, ou no IPG. ----

No que diz respeito à rúbrica das *Remunerações Certas e Permanentes*, em que segundo os cálculos efetuados pela Senhora Deputada Odete Ganilha faltam quarenta e oito mil, trezentos e trinta e três euros (48.333,00€) para poder pagar o subsídio de Férias e Natal, solicitou à Dra. Elisabete Dias que esclarecesse a situação. -----

----- A Senhora Dra. Elisabete Dias, no uso da palavra indicou que o cálculo foi realizado pelo serviço de Recursos Humanos do Município de Manteigas, com base no Mapa de Pessoal. Explicou que os postos de trabalho que serão criados, não são ocupados logo no início do ano. Os processos vão ter começo no início do ano, a estimativa para um procedimento é de meio ano, logo esses recursos humanos não vão iniciar funções na Câmara antes de junho, o que significa que não auferem os subsídios na totalidade. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha alertou que ainda assim, no ano de 2018, o valor que estava previsto era superior. Segundo os cálculos que efetuou o valor do subsídio não é proporcional. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- A Senhora Dra. Elisabete Dias anuiu que o valor inicial dessa rúbrica, no início do ano de 2018, era efetivamente superior a que se prevê para 2019, contudo o valor foi corrigido ao longo do ano com alterações orçamentais. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prosseguiu a sua explanação, indicou que relativamente à referência feita pela Senhora Deputada Odete Ganilha de que há menos quarenta mil euros (40.000,00€) na publicidade, relativamente ao que foi previsto para o ano de 2018, esse diferencial tem a ver com as alterações orçamentais. A verdade é que essa é a justificação para a redução de alguns valores neste Orçamento. Os Senhores Deputados se analisarem os valores do Plano de Atividade de 2018, quando foi aprovado, devem também verificar os valores que depois foram realizados. Deu nota que na rúbrica de projetos específicos de animação há uma verba para publicidade. No que concerne à iluminação pública não vai haver aumento. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha fez alusão que no Orçamento é referida a rúbrica “*Iluminação Pública*”, essa rúbrica no ano de 2018 tinha vinte mil euros (20.000,00€), em 2019 tem duzentos e cinco mil euros (205.000,00€). -----

----- A Senhora Dra. Elisabete Dias elucidou que esse valor diz respeito a uma candidatura. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara tomou novamente a palavra de modo a dar continuidade aos esclarecimentos solicitados. No que diz respeito às horas extras, clarificou que o valor de trinta e um mil euros (31.000,00€) é o valor que está contabilizado de todo o ano de 2018. Devido a atividade da Câmara os funcionários têm sido bastante requisitados e muitas vezes fora de horas. Quanto à questão de contratar mais recursos humanos, em vez de a Câmara pagar mais trabalho extraordinário, referiu que podia trazer uma Mapa de Pessoal com mais postos a ocupar, desde que a Assembleia Municipal o aprove. -----

Respondendo ao Senhor Deputado Nuno Soares, sublinhou que foram pedidas propostas aos Senhores Vereadores da oposição, quando a Câmara estava a preparar o Plano de Atividades e Orçamento. Sendo que na altura, referiu que na reunião seguinte ia entregar ao Órgão Executivo uma base de trabalho, para as propostas que desejasse apresentar. E assim aconteceu, na reunião seguinte entregou um documento, que seria a base de trabalho, com a receita e a despesa que já estava calculada. Anuiu que havia um défice de mais de setecentos mil euros (700.000,00€), contudo, na altura disse, claramente, o seguinte: “*para qualquer proposta que façam é preciso termos em conta o que tiramos para incluir as propostas.*” Explicou que uma proposta que implique financiamento, tem de se ver onde se vai tirar verba para incluir nessa proposta. Referiu que após isto, o Executivo em funções ficou à espera que os Senhores Vereadores lhe apresentassem as referidas propostas. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Antunes*

Aludiu que o Senhor Deputado Nuno Soares fez um historial acerca das votações, mas durante quatro anos o PS nunca votou contra o Orçamento e o Plano de Atividades, nem contra as Revisões Orçamentais. É verdade que se chateavam quando havia muitas alterações orçamentais, porque quando são muitas desvirtuam completamente o Orçamento. Reiterou que nunca votaram contra o Plano de Atividades e Orçamento, porque tinham consciência política. É verdade que todos têm o sentido de responsabilidade, mas às vezes não o usamos, sendo que na altura usou o sentido da responsabilidade, porque tinha conhecimento que na Assembleia o PS tinha maioria, e nunca quis induzir essa maioria na Assembleia a votar contra o Orçamento, nem para se abster, tal como pode ser comprovado pelas atas. -----

Declarou que, a apreciação que era feita pelo PS, era no sentido de dizer que não votavam contra o Plano de Atividades e Orçamento, e no final do ano, cá estariam para depois fazerem as contas. Portanto, davam sempre o benefício da dúvida, porque quem foi eleito tinha maioria na Câmara.-----

Fez alusão que o Senhor Deputado Pedro Leitão, referiu na sua explanação, que há similitudes na introdução do documento supracitado. Mencionou que no que diz respeito à elaboração do Orçamento e de como este se faz, sendo um documento que tem por objetivo a gestão da Câmara para o ano de 2019, pode haver alguma similitude, mas não tem aqui nenhum *copy past*. Informou que, enquanto Presidente da Câmara, desde 2010 que começou a envolver os Chefes de Divisão e alguns técnicos da Câmara na elaboração do Orçamento, para eles próprios terem dinâmicas de participação nas decisões, depois no acompanhamento e na realização do mesmo. Explanou que quem participa na elaboração de um documento destes, sabe o que nele está expresso e a tendência para a realização é muito maior. -----

Relativamente ao aumento dos Bombeiros, informou que o valor do subsídio foi aumentado devido à criação da Equipa de Intervenção Permanente (EIP). -----

----- A Senhora Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, colocou as **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019** à votação, tendo sido **aprovados por maioria, com oito votos contra, duas abstenções e nove votos a favor**. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares solicitou a palavra, leu uma declaração de voto que em seguida se transcreve:

### *“Declaração de Voto*

*Quando nos foi apresentado o orçamento e plano plurianual de investimentos para 2019, por momentos pensamos que estávamos perante um lapso, e que aqueles documentos eram os de 2018.*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Mas não, a data e a descrição dos documentos confirmava: era mesmo o orçamento e plano plurianual de investimentos para o ano de 2019.*

*No entanto, à parte desses elementos, a similaridade de conteúdo é tão grande que muito pouco há a dizer de novo, a não ser que não há fotocópias melhores que os originais.*

*No ano passado o Grupo Municipal do PSD, compreendendo o enquadramento temporal, deu ao executivo um período de carência, para que pudesse estudar e apresentar soluções aos Manteiguenses, sendo que foram apresentadas preocupações que queríamos ver respondidas no futuro e mostrando disponibilidade para colaborar na procura de ideias que possam melhorar a vida dos nossos concidadãos.*

*Da mesma forma, fomos avisando que o Partido Socialista, embora sem maioria, era agora o responsável pelos destinos do concelho e que apresentou às eleições um programa que deveria ser vertido para os orçamentos e planos plurianuais futuros.*

*Embora esse não seja o nosso programa, foi esse que maioritariamente foi escolhido pelos nossos conterrâneos. E nós respeitamos essa decisão soberana do povo. Pelos vistos o Partido Socialista não a quer respeitar.*

*E porque dizemos isso?*

*Porque não há nestes documentos previsionais qualquer medida palpável das que foram sufragadas pelos manteiguenses.*

*Mas paradoxalmente, também não acolheram as sugestões que apresentamos em sede de discussão orçamental na reunião de executivo, através dos dois vereadores do PSD.*

*Portanto, concluímos que o PS nem implementa o seu programa, nem acolhe as sugestões da oposição.*

*O que poderemos fazer então?*

*Novo voto em branco?*

*Adiar mais um ano a implementação de medidas que consideramos importantes para Manteigas?*

*Adiar pessoas e vidas por mais um ano?*

*Não. Não podemos fazer isso.*

*Os Manteiguenses que aqui legitimante representamos esperam de nós atitude, e a nossa atitude, face à postura assumida pelo executivo, de não implementar as medidas que apresentou a sufrágio e não aceitando as propostas da oposição maioritária, coloca-se a si próprio numa posição de exclusão da vida comunitária, tentando passar pelos pingos da chuva e esperando que tudo se resolva por si.*

*Não podemos compactuar com essa forma de governar.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Handwritten signatures*

*Se em 2018 demos margem de manobra para que acontecesse política e escolhas de caminhos, essa margem esgota-se neste voto contra.*

*Manteigas, 30 de novembro de 2018”*

----- O Senhor Segundo Secretário da Mesa, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, que em seguida se reproduz:

*“Declaração de Voto*

*Os documentos hoje analisados, o Plano de Atividades e Orçamento, garantem a gestão municipal para o ano de 2019, mereceram possível atenção, desde as 10 horas, hora em que me foram entregues os documentos até próximo da hora de realização desta Assembleia.*

*Um espaço de tempo bem curto, especialmente se considerarmos que não tive acesso aos mesmos documentos apresentados e aprovados há um ano, escapando naturalmente todo o conhecimento sobre o previsto e o realizado, independentemente da futura apresentação de contas.*

*Perante esta realidade e o que nos foi apresentado, não poderia concordar com os documentos que nos foram apresentados, onde são bem visíveis a ausência ambição que nos permita perceber que o próximo ano será melhor do que o atual, abrindo uma janela de esperança para Manteigas e para a sua população, cada vez mais envelhecida e em que não se vislumbram ações estruturantes com vista ao desenvolvimento, rejuvenescimento e aumento populacional, com a criação de toda a envolvente necessária para essa realidade e à melhoria das condições de vida.*

*Manteigas, 30 de Novembro de 2018*

*Albino Cardoso”*

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão pediu a palavra, fez um requerimento à Mesa , no sentido de poder apresentar a sua declaração de voto posteriormente. Tendo tal pedido sido aceite. -----

----- PONTO 3.4 -----

APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES A TOMAR EM MINUTA, PARA

----- PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS, DESTA SESSÃO -----

----- A Senhora Presidente da Mesa questionou se alguém desejava usar da palavra neste ponto. Verificando que não havia inscrições, propôs que se aprovasse em minuta para produzir efeitos imediatos o ponto três um, o ponto três dois e o ponto três três. Colocada à votação tal proposta foi a mesma aprovada, por unanimidade dos presentes, portanto tais deliberações foram aprovadas em minuta para produzirem efeitos imediatos. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

### ----- PONTO 4.-----

#### -----APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

----- A Senhora Presidente da Mesa questionou se alguém desejava usar da palavra sobre a Informação do Senhor Presidente da Câmara. Verificando a intenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira em intervir, concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira cumprimentou todos os presentes. Aludiu que, tal como foi mencionado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, a Câmara Municipal de Manteigas deu início às obras do Orçamento Participativo, sendo algo que muito o agrada. Contudo, disse que o entristece o facto de a Câmara Municipal ter dado início a essas obras, sem sequer ter comunicado a esta Junta de Freguesia que os trabalhos iam iniciar. Explanou que os terrenos onde será realizada a obra do Parque Geriátrico são propriedade da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira, o terreno apenas foi cedido à Câmara para efeitos de construção do Parque Urbano, e nem sequer houve um contacto a alertar que iam para o terreno, ou a pedir ajuda para escolher os locais onde instalar os equipamentos. Declarou que esta atitude da Câmara muito o entristece, tendo deixado o alerta para que no futuro esta situação não se repita, porque, independentemente das cores políticas, é o Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão disse que tinha conhecimento que o Senhor Presidente da Câmara reuniu com o Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, no mês de outubro. Questionou qual foi o teor da reunião e se houve alguma conversa relativamente ao estado do Centro de Saúde de Manteigas e da falta de meios. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra referiu que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira ficou triste com a situação e ele próprio também tinha ficado. Declarou que, é verdade que não solicitou a nenhum técnico do Município para falar com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira, a dar conhecimento de que iam iniciar as obras, contudo tinha a noção que quando este projeto foi apresentado, no âmbito do Orçamento Participativo, e já foi há bastante tempo, que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira o conhecia, que tinham falado com ele e que estava tudo tratado. -----

Clarificou que quando tomou posse, o referido projeto já estava aprovado e apenas deu desenvolvimento a um projeto cuja candidatura foi aprovada há dois anos, no anterior mandato, tendo sido adquiridos os equipamentos. Declarou que não lhe passa pela cabeça que alguém tenha apresentado um projeto à Câmara, no âmbito do Orçamento Participativo, em Vale de Amoreira, e que na altura não tenham dado conhecimento ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia. Considera não ser correto aprovar-se um projeto que visa um terreno da Junta de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Freguesia de Vale de Amoreira e não se dar conhecimento do mesmo, ao Senhor Presidente dessa Freguesia. No que concerne à cor política, o Senhor Presidente da Câmara sublinhou que não age em função disso, até porque o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira já pertenceu ao seu partido. -----

Relativamente à reunião com o Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, informou que foi uma reunião realizada com os Autarcas, nomeadamente, de Manteigas, Guarda, Fornos de Algodres, Seia, Trancoso. Onde se falou da evolução da ULS da Guarda e da responsabilidade que tem na região. Indicou que não perdeu a oportunidade de expor ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, que o centro de Saúde de Manteigas estava com problemas. Tendo este último respondido, que devia expor o problema à Senhora Presidente da ULS. Explicou que já anteriormente, e por diversas vezes, tinha exposto essa situação das debilidades do nosso Centro de Saúde à Senhora Presidente da ULS. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares solicitou a palavra, referiu que no âmbito do Orçamento Participativo e no seguimento da situação exposta pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira, relativamente às obras que tiveram início sem que lhe fosse dado conhecimento, considerou que poder-se-ia pensar numa atualização do respetivo Regulamento. Isto para impedir que situações destas aconteçam. A candidatura deve contemplar uma autorização do proprietário do terreno, para que a obra possa ser executada. ---

----- O Senhor Presidente da Câmara concordou com a sugestão apresentada pelo Senhor Deputado Nuno Soares, tendo referido que será apresentada na Câmara uma proposta de alteração ao Regulamento do Orçamento Participativo. -----

----- PONTO 5. -----

-----APRECIAÇÃO DE QUALQUER OUTRO ASSUNTO DE INTERESSE PARA O CONCELHO-----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria tomou a palavra para dar conhecimento, que esteve numa reunião da Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios, em que foi aprovado o Plano para o decénio de 2019/2029. Recordou que remeteu essa informação por *e-mail* à Assembleia Municipal. Deixou votos de Boas Festas para todos. ---

----- A Senhora Deputada Ana Matos pediu a palavra, expôs uma situação relativa à falta de iluminação pública na rua 1º de Maio. Explanou que entre as 17h30 e as 18horas, nesta época do ano, já é de noite, está escuro, tendo constatado que, ultimamente, quando passa naquela zona não se vê quase nada. Indicou que desconhece se as luminárias acendem mais tarde, ou se houve realmente alguma época em que houve alguma avaria na iluminação pública dessa zona. Contudo, verificou que, sobretudo os turistas que vinham jantar à vila, sentiam alguma dificuldade em caminhar naquela zona. Alertou que a rua 1º de Maio é a rua principal de Manteigas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Câmara disse que tinha registado este alerta e que ia verificar a situação. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga, no uso da palavra, indicou que, finalmente, na rua de Santa Maria já há lombas, contudo as mesmas ainda não estão sinalizadas e quando chove tornasse mais difícil aos automobilistas ter a perceção dessas lombas. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro solicitou a palavra, deu conhecimento à Assembleia Municipal de que estão a decorrer as reuniões da Comissão da Mostra de Atividades, sendo que na sua opinião as referidas reuniões estão a correr bem. Agradeceu mais uma vez a disponibilidade da Senhora Vice-Presidente, que tem tido abertura total, o Secretariado tem conseguido entender-se. -----

----- A Senhora Presidente da Mesa, no uso da palavra, questionou se mais alguém desejava usar da palavra. Verificando que não havia inscrições e nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Mesa, deu por encerrada a sessão às vinte horas e quinze minutos do dia trinta de novembro de dois mil e dezoito, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Senhora Presidente da Assembleia e pelo Senhor 1º Secretário da Mesa. -----

----- A Presidente da Mesa -----

----- Patrícia Alexandra dos Santos Martins -----

----- O 1º Secretário -----

----- Daniel António Quaresma Costa -----